



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA**

MANOEL JOSÉ DA SILVA NETO

**GEOGRAFIA, ESPACIALIZAÇÃO E PODER: UMA ANÁLISE DA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS**

**CAJAZEIRAS-PB
2021**

MANOEL JOSÉ DA SILVA NETO

**GEOGRAFIA, ESPACIALIZAÇÃO E PODER: UMA ANÁLISE DA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS**

Trabalho apresentado à Coordenação da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande-PB, campus Cajazeiras - PB como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Aldo Gonçalves de Oliveira

**CAJAZEIRAS-PB
2021**

GEOGRAFIA, ESPACIALIZAÇÃO E PODER: UMA ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Trabalho apresentado à Coordenação da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande-PB, campus Cajazeiras - PB como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Aprovado em ___/___/_____ Nota_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Prof. Dr. Aldo Gonçalves de Oliveira
(CFP-UFCG-Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa
(CFP-UFCG- Examinador Interno)

Profa. Dra. Élide Pasini Tonetto
(UFRGS- Examinador externo)

S586g Silva Neto, Manoel José da.
Geografia, espacialização e poder: uma análise da Base Nacional
Comum Curricular do Ensino Fundamental anos finais / Manoel José da
Silva Neto. - Cajazeiras, 2021.
67f.: il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Aldo Gonçalves de Oliveira.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2021.

1. BNCC. 2. Geografia. 3. Ensino. 4. Políticas públicas educacionais.
5. Neoliberalismo. I. Oliveira, Aldo Gonçalves de. II. Universidade
Federal de Campina Grande. III Centro de Formação de Professores. IV.
Titulo.

UFCG/CFP/BS

CDU - 91:37

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

*minha mãe, como exemplo de determinação e persistência, a ela todo o meu amor,
carinho, respeito e admiração. Dedico-te, esse simplório trabalho!*

AGRADECIMENTOS

A caminhada que tracei até aqui não foi fácil, nunca pensei que seria, mas sempre tenho que agradecer a Deus e ao universo e a todas as divindades que existentes nele, por ter colocado pessoas importantes no meu caminho. Algumas tenho certeza que em muitos momentos em minha jornada se tornaram mais que amigos e sim minha família que ganhei de presente e sou eternamente grato a elas e tenho um enorme débito com o universo por isso. Agradeço a minha família que está em outro Estado em Pernambuco e que sempre acreditaram em mim: minha mãe e meu pai, meus irmãos (Ana, Eduarda, Clara e Adalton) e aos meus três sobrinhos (Pedro, João Victor e Eduarda).

As outras pessoas que cruzaram meu caminho nessa trajetória como estudante do mundo (assim me considero), foram exemplos de como não ser, agir, e sempre me questionava o porquê de estar perto ou se fazer presente em determinadas situações. No fundo eu sou muito mais muito grato por vocês terem feito parte desse meu processo de construção e de amadurecimento, nessa trajetória na cidade de Cajazeiras-PB e no Centro de Formação de Professores da UFCG. A vocês meu agradecimento.

Aldo Oliveira, meu orientador e amigo, seus conselhos e orientações foram importantes no meu processo de amadurecimento, tanto na escrita como na vida. Tenho você como um exemplo de pessoa determinada, um excelente profissional e acima de tudo humano, acho que foi um dos motivos pelo qual escolhi para ser meu orientador. A você meu amigo, muito obrigado e que nossa amizade continue fluindo e seguindo não apenas os passos geográficos, mas também os trilhos da vida e da cumplicidade.

A Jacqueline Lustosa, muito obrigado pela cumplicidade, pelas oportunidades vividas e construídas nas monitorias de Geologia e no Laboratório de Geologia, tenho total certeza que a Geologia é uma das principais disciplinas que eu me apaixonei, acredito sem sombra de dúvidas, que um bom professor faz com que seu aluno se apaixone pela disciplina na qual ele ministra, isso foi com Geologia. A você meu muito obrigado e que possamos nos rever em breve e aproveitar a vida e a leveza que é tão estampada em sua face minha amiga.

A Rodrigo Pessoa, professor e amigo, seus conselhos e conversas tanto pelos áudios de cinco minutos ou mais, foram e são marcados por momentos e fofocas e alegrias. Você é uma pessoa iluminada, com um carisma e sensibilidade que existem em poucas pessoas, eu tive e tenho a sorte de conviver com você e saber disso. Meu muito obrigado e que possamos cada vez mais correr e fofocar por muitos anos.

A Luciana Araújo, acredito que qualquer palavra que eu escreva em agradecimento não o suficiente para dimensionar o quanto essa pessoa é especial nessa minha trajetória, acredito que a quantificação de adjetivos não possa ser utilizada aqui porque seria vários, entretanto eu peço que Deus em sua finitude retribua com saúde e mais saúde a você e a Neide sua companheira, te agradeço pela hospitalidade, por abrir as portas da sua casa e me acolher em um dos momentos que mais me deixou abalado. A você todo bem e todas alegrias, entretanto muito obrigado pelas conversas e cafés tomados em seu ambiente e os altos papos sobre política e o Brasil, aprendi e continuo aprendendo bastante com você.

A Santiago Vasconcelos, meu professo e meu ex-orientador e amigo, um exemplo de pessoa a ser seguida, muito obrigado pelos conselhos e pelas orientações nos momentos mais conturbados na universidade, sem eles eu tenho certeza que eu estaria muito perdido. Muito obrigado pelas conversas e por me lembrar sempre que eu sou uma pessoa que consegue se desterritorializar com facilidade, um abraço e que possamos nos rever e conversar sempre.

Enfim, a todos e todas que fazem parte da UNAGEO e aos demais professores meu muito obrigado, aprendi muito com vocês e sou grato pelo respeito e profissionalismo no qual me proporcionaram compreender um pouco na vasta imensidão do saber geográfico.

Aos meus amigos, Thiago e Micaelle agradeço a vocês pelas risadas, pelas conversas, pelas tristezas que compartilhamos e pelas conquistas também, saibam que a vitória de vocês também é a minha e eu torço muito pela felicidade de cada um. Tenho certeza que graças a vocês minha passagem por Cajazeiras foi mais fácil e obrigado pelo apoio nos momentos mais difíceis na minha vida. Agradeço a Micaelle, pelas lidas e orientações nos meus trabalhos. A Thiago, obrigado pelos momentos de felicidades compartilhados e pelas conversas, tenho certeza que teremos muitos outros momentos para compartilha como esses.

Aos meus demais amigos Luiz Eduardo, Ticiane, Bethania, Mayara, Kayame, Cleiton, Damião, Wesley, Liliam, aos meus companheiros do quarto 13 (Pedro, Felipe e Ronaldo). Residência Masculina obrigado pelas lições, pelas risadas e pelos momentos de felicidade.

Não posso esquecer também dos meus amigos que estão em Pernambuco a Gizelia e o pessoal da agroecologia, a turma do barulho e em especial: Leydson, Ivan, Andrielly, Karla, Daniel, Nayana e a Julia vocês sempre estiveram no meu coração durante esses anos que estive na Paraíba. Aos meus amigos da turma 2016.2 obrigado e especial Israely, Aparecida, Felipe, Leticia, e também os demais amigos da geografia: Lara, Denilson e Thayane. Por fim e não menos importante, ao Estado da Paraíba, a UFCG, ao Centro de Formação de Professores e a Cidade de Cajazeiras, obrigado por me acolher de forma tão aconchegante e carinhosa, meus sinceros agradecimentos. E a todos que estão lendo, meu muito obrigado!

Se Eu Fosse Eu *Clarice Lispector*

Quando eu não sei onde guardei um papel importante e a procura revela-se inútil, pergunto-me: se eu fosse eu e tivesse um papel importante para guardar, que lugar escolheria? Às vezes dá certo. Mas muitas vezes fico tão pressionada pela frase "se eu fosse eu", que a procura do papel se torna secundária, e começo a pensar, diria melhor sentir.

E não me sinto bem. Experimente: se você fosse você, como seria e o que faria? Logo de início se sente um constrangimento: a mentira em que nos acomodamos acabou de ser movida do lugar onde se acomodara. No entanto já li biografias de pessoas que de repente passavam a ser elas mesmas e mudavam inteiramente de vida.

Acho que se eu fosse realmente eu, os amigos não me cumprimentariam na rua, porque até minha fisionomia teria mudado. Como? Não sei.

Metade das coisas que eu faria se eu fosse eu, não posso contar. Acho por exemplo, que por um certo motivo eu terminaria presa na cadeia. E se eu fosse eu daria tudo que é meu e confiaria o futuro ao futuro.

"Se eu fosse eu" parece representar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada nova no desconhecido.

No entanto tenho a intuição de que, passadas as primeiras chamadas loucuras da festa que seria, teríamos enfim a experiência do mundo. Bem sei, experimentaríamos enfim em pleno a dor do mundo. E a nossa dor aquela que aprendemos a não sentir. Mas também seríamos por vezes tomados de um êxtase de alegria pura e legítima que mal posso adivinhar.

Não, acho que já estou de algum modo adivinhando, porque me senti sorrindo e também senti uma espécie de pudor que se tem diante do que é grande demais

.

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 01 – IDENTIFICAÇÃO DOS ESTADOS NA COMPOSIÇÃO CURRICULAR PERANTE BNCC 2018	37
FIGURA 02 – IDENTIFICAÇÃO DOS ESTADOS NA COMPOSIÇÃO CURRICULAR PERANTE BNCC 2019	38
FIGURA 03 – CONSELHO “MOVIMENTO PELA BASE”	39
FIGURA 04 – APOIO INSTITUCIONAL MOVIMENTO PELA BASE	40
FIGURA 05 - SITE OFICIAL DO MEC COM ORIENTAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC	41
FIGURA 06 - BIBLIOTECA DE APOIO DA BNCC	41
FIGURA 07 - GEOMETRIA EDUCACIONAL NEOLIBERAL	43
FIGURA 08 - CONCEITOS GEOGRÁFICOS CONTIDOS NA BNCC	51
FIGURA 09 - CÓDIGO ALFANUMÉRICO HABILIDADES DO 8 ANO DO COMPONENTE CURRICULAR GEOGRAFIA	56
FIGURA 10 - INFILTRAÇÕES DIGITAIS CONTEUDISTAS MODELOS	60

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- INDICATIVOS NEOLIBERALISMO PRESENTES NO ESTADO.....	26
QUADRO 02- TRAJETOS TEMPORAIS DA BNCC	35
QUADRO 03- IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES TEMÁTICAS GEOGRAFIA E SEUS OBJETIVOS	47
QUADRO 04- DESCRIÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO CONTIDOS NA BNCC	50
QUADRO 05- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA GEOGRAFIA NO 8 ° ANO	57

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – A BASE (BNCC) DAS COMPETÊNCIAS: DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A GEOGRAFIA DO

E.F.....53

TABELA 02 – ESPACIALIZAÇÃO ESTRUTURAL DA GEOGRAFIA NO E.F PERANTE A BNCC 55

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CONAE- Conferência Nacional pela Educação

MEC- Ministério da Educação

PCNs- Parâmetros Curriculares nacionais

E.F- Ensino Fundamental anos Finais

PISA- Programa Internacional de Avaliação de Alunos

RP- Residência Pedagógica

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar as relações entre geografia, espaço e poder que animam as práticas de saber acionadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) anos finais do Ensino Fundamental. Busquei contextualizar a BNCC no panorama político e educacional contemporâneo, tomando como referência as práticas de governo que operam a partir dela, descrever a organização conceitual, temática e metodológica preconizada para a Geografia no documento curricular em questão. Problematizar a operacionalidade das competências e habilidades geográficas presentes na BNCC. A pesquisa foi dividida em seis etapas metodológicas: a - Organização das fontes para a pesquisa e o levantamento bibliográfico dos principais autores e conceitos, construção de um mapa mental com os principais conceitos para facilitar a compreensão das reflexões, b-Leitura, reflexões e escrita sobre os assuntos/autores e a BNCC nos anos Finais do Ensino Fundamental, c- Construção de figuras e mapas para organizar e localizar a pesquisa, d- Construção de um quadro contendo a Organização Metodologia tem como objetivo organizar os procedimentos metodológicos contidos na BNCC, para cada conteúdo geográfico, e- Problematizar teoricamente as competências e habilidades direcionadas ao ensino de Geografia, f-Escrita das considerações finais. Ao findar as etapas metodológicas foram feitos 3 capítulos distribuídos nas seguintes ordens: 1º “Um Breve Relato e um Pouso na Educação: do ontem para o hoje”, onde nele consta os percursos que tracei até a chegada na Educação, na Geografia e na BNCC; No 2º “A Base Nacional Comum Curricular e as políticas públicas em educação, trago nele as concepções de política e políticas públicas, problematizo a noção do que é o Currículo e como ele é concebido, também o Surgimento e implantação da BNCC e as reverberações que sua implantação causou para a Educação, para a Política e para a Economia; Já o 3º “A Geografia no Ensino Fundamental anos Finais no íntimo da BNCC: conceitos, temáticas e abordagens metodológicas”, debate sobre quais as geografias existentes na BNCC, o que é Competência e Habilidade e como estão inseridas para o ensino de Geografia. Assim tais dobras possibilitaram identificar pontos-chaves como a inclinação fortemente condita na BNCC para o mundo do trabalho, a ausência de definições para a compreensão do raciocínio geográfico.

PALAVRAS-CHAVES: BNCC; Geografia; Políticas Públicas Educacionais; Neoliberalismos.

ABSTRACT

This work aims to analyze the relationships between geography, space, and power that animate knowledge practices triggered by the Common National Curriculum Base (BNCC) in the final years of elementary school. I have sought to elaborate the BNCC in the contemporary political and educational panorama, taking as a reference the government practices that operate from it to describe the conceptual thematic. The methodological organization recommended from Geography in the curricular document in question to confound the implementation of competencies and skills present in the BNCC and propose strategies for elaborating contextualized practices of geographic knowledge based on the guidelines established by the BNCC. The research divided into six methodological steps to carry out the investigation, namely: a - Organization of sources for the study and bibliographic survey of the primary authors and concepts, Construction of a mental map with the main ideas to facilitate the understanding of the reflections, breaching, reflections and writing on the subjects/authors and the BNCC in the Final Years of Elementary School, c- Construction of figures and maps to organize and locate the research, Construction of a framework containing the Organization Methodology aims to manage the methodological procedures contained in the BNCC, for each geographic content, e- Problematizing theoretically the competences and abilities directed to the teaching of Geography, f-Writing of the final considerations. At the end of these methodological steps, 3 chapters were made, distributed in the following orders: 1st "A Brief Report and a Landing in Education: from yesterday to today", which contains the paths I traced to the arrival in Education, Geography and BNCC; In the 2nd "The Common National Curriculum Base and public policies in education, I bring in it the conceptions of policy and public policies, problematize the notion of what the Curriculum is and how it is conceived, as well as the emergence and implementation of BNCC and the reverberations that its implantation caused for Education, for Politics and for Economy; The 3rd "Geography in Elementary School Final years in the depths of BNCC: concepts, themes and methodological approaches", debate about which geographies exist at BNCC, what Competence and Ability is and how they are inserted for the teaching of Geography. Thus, such folds made it possible to identify critical points such as the BNCC's strong inclination towards the world of work, the absence of essential definitions for understanding geographic reasoning.

KEYWORDS: BNCC, Geographic, Public Policy Education; Neoliberalism.

SUMÁRIO

1. Um Breve Relato e um Pouso na Educação: do ontem para o hoje.....	15
2. A Base Nacional Comum Curricular e as políticas públicas em educação.....	24
2.1 CURRÍCULO, currículos: formulaÇÕES e direcionamentos.....	30
2.2 O surgimento, constituição e implantação da BNCC no cenário educacional contemporâneo	33
2.3 As reverberações educacionais, políticas e econômicas da BNCC	42
3. A Geografia no Ensino Fundamental anos Finais no íntimo da BNCC: conceitos, temáticas e abordagens metodológicas.....	45
3.1 Uma “Geografia” ou “geografias” existentes na Base?	48
3.2 Competências e Habilidades nos Conceitos e Temáticas Geográficas	52
3.3 Os Percursos Metodológicos contidos na BNCC para o Ensino de Geografia.....	58
Considerações Finais: nem sempre o fim é o fim mesmo, as vezes é só o começo	61
Referências.....	64

1. Um Breve Relato e Um Belo Pousar na Educação: do ontem para o hoje.

Esta pesquisa é um percurso de infinitas direções, no qual meu corpo, minha mente e meu ser em colaboração me conduziram a esse lapso de tempo que denomino de presente. Acredito, que as muitas leituras relacionadas com a educação, a agroecologia, a educação ambiental, e a Geografia escolar e suas múltiplas formas de interpretação do espaço me possibilitaram imergir na problemática que envolve a educação brasileira, enquanto educador em início de carreira. Porém, essa inserção nas questões relacionadas à educação não se restringe apenas ao espaço escolar ou aos livros didáticos, muito pelo contrário, ela extrapola na direção de uma formação humana, política e, nesse sentido, contextualizada espacialmente.

Acredito que a minha passagem pelos projetos de extensão no período em que fazia a licenciatura em Química no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) Campus Vitória de Santo Antão no de 2013 até 2016, me possibilitou a aproximação das questões relacionadas a luta por uma Educação do e no Campo, que fortalecesse a relação dos sujeitos que residem naquele lugar, naquela espacialidade. Com isso, pude buscar formular formas e metodologias de aprendizagem que valorizassem ainda mais o modo de vida e os saberes dos camponeses e de seus filhos, utilizando assim a Agroecologia como ferramenta para o desenvolvimento sustentável e a redução da fome e da subnutrição no campo brasileiro.

Também tive a oportunidade de ser monitor do Programa Mais Educação¹ na cidade de Gravatá-PE no de 2014 até 2016, em específico no distrito de Mandacaru, localizado na zona rural desse município. Essa experiência foi a que mais me marcou, pois tive a oportunidade de contribuir para a comunidade em que cresci e na qual meus pais, e até então eu, residíamos.

Nesse período, passei a ser monitor das duas escolas públicas municipais na qual fui aluno, cito aqui de forma afetiva e importante a Escola Aderbal Jurema e a Intermediária João Paulo I, localizada no distrito de Mandacaru pertencente ao município de Gravatá, onde atuei como monitor de um componente curricular denominado Educação Ambiental, destinado aos estudantes do segundo segmento do Ensino Fundamental anos finais em ambas as escolas, problematizando junto com os alunos posturas e ações mais conscientizadoras sobre reciclagem, reaproveitamento, práticas ambientais de preservação e conservação da natureza e na construção de canteiros sustentáveis nas escolas.

¹O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Acrescento também a minha chegada ao curso de licenciatura em Geografia no Centro de Formação de Professores da UFCG em Cajazeiras -PB, me possibilitou ampliar o campo espacial no qual já realizava anteriormente minhas ações. Assim fui na direção de participar do projeto de extensão no município de Aparecida-PB, onde o público alvo eram os alunos e alunas da educação do campo no assentamento Acauã e também as professoras e professores desse assentamento.

Abordávamos nesse projeto, práticas e ferramentas que valorizassem ainda mais o modo de vida, trazendo para sala de aula materiais e metodologias que possibilitassem as crianças assentadas visualizarem as representações espaciais contidas nos livros com a sua realidade e a dos seus pais. Além de fornecer suporte técnico, metodológico e didático aos professores da Escola do assentamento, realizando assim algumas formações em momentos pontuais em reuniões com a gestão e os professores.

Assim fui deixando meu corpo fluir pelas correntezas do que chamo de mar educacional, dessa maneira essas ondas me conduziram a adentrar nas monitorias propiciadas pela Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), do Centro de Formação de Professores (CFP) fui monitor das disciplinas de Geografia da População e Geologia, nessa nova experiência me possibilitou compreender a dimensão científica e importante da Geografia e da Docência, acredito que as experiências nessas duas monitorias nesse momento foram importantes para a minha prática enquanto professor de Geografia em início de carreira.

Essas correntezas me posicionaram perante a participação do Laboratório de Geografia Física da UNAGEO, onde realizei diversas atividades de catalogação de amostras de rochas e minerais, também atuando na apresentação e didatização do laboratório para os alunos da educação básica (ensino fundamental e médio).

Essa didatização, tinha como finalidade ilustrar e facilitar a visualização de alguns conteúdos que os professores quando abordavam em sala de aula relacionados a parte física da Geografia, relatavam que os alunos não compreendiam de forma prática e verificável na sua realidade. Assim, minhas ações consistiam em ilustrar e explicar alguns processos que ocorriam na natureza, a exemplo a formação de uma rocha sedimentar, magmática e metamórfica.

Outro destaque é a minha inserção como bolsista voluntário no projeto de pesquisa intitulado “O processo de iniciação à docência de professores de Geografia que atuam em escolas de ensino fundamental e médio”, tendo como orientador o professor Dr. Rodrigo Pessoa, nesse projeto tínhamos como foco central investigar a trajetória inicial dos professores de Geografia e seus desafios relacionados ao contexto de atuação que estão inseridos.

Assim, pude perceber durante a pesquisa, que são inúmeros os fatores que possibilitam a desistência da carreira docente iniciante, como as questões relacionadas aos salários ínfimos, as longas jornadas pós sala de aula para elaboração e correção de atividades, as péssimas condições estruturais das salas de aula e das escolas.

Dessa maneira, meu corpo, não foi apenas conduzido a diferentes práticas docentes, mas ele sofreu as dores de tais práticas e não se dobrou a essas relações assimétricas de poder existentes nesse modelo educacional e social. Assim fui sendo moldado por diferentes experiências docentes a partir das quais consegui costurar a relação entre sujeito e espaço a partir da Geografia, Agroecologia, Educação Ambiental. Mas é o espaço, a relação do sujeito com ele que me inquietou e me inquieta. Foi através disso que me tornei professor em início de carreira, em formação.

Porém, percebi que após findar meu curso, se tornaria assim presente em minha realidade, e já sabendo, optei por continuar. Percebi que há adversidades em qualquer profissão, como também há muitos ganhos, como é o caso de possibilitar ao seu aluno compreender um pouco mais sobre a Geografia, e assim buscar alguma mudança significativa na vida desses sujeitos, por isso continuo firme e forte em minha formação, para se tornar um professor de Geografia.

Outro caminho importante para a compreensão dessa pesquisa, foi a minha participação no Programa Residência Pedagógica (RP) em seus dois editais², nele tive a oportunidade de compreender ainda mais o espaço escolar e as múltiplas relações existentes com os diversos sujeitos que o constituiu. Também materializar e possibilitar para os meus alunos e alunas a construção de novos conhecimentos a partir de novas metodologias e objetos de ensino relacionados a Geografia.

Assim, minha inserção na sala de aula como residente pedagógico no ensino fundamental anos finais e no ensino médio, trouxe um novo olhar para as minhas práticas pedagógicas. Me possibilitando utilizar de ferramentas e procedimentos de investigação, capazes de aprofundar ainda mais o desejo de pesquisar e compreender o funcionamento da educação, do ensino de Geografia.

² 1º edital CAPES nº 06/2018, 2º edital CAPES nº 1/2020 que institui o Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

Compreender como os direcionamentos relacionados ao funcionamento tanto no que aponta para a elaboração do currículo escolar, como também na sua efetivação e na compreensão da Geografia para os alunos, os professores e também para toda a comunidade que circunda os muros da escola na qual fui residente.

Acredito que a capacidade formativa do RP possibilitou amadurecer minha visão de licenciando enquanto futuro professor e também enquanto pesquisador da Geografia Escolar. Onde percebi durante as vivências nas duas edições do RP, nas formações pedagógicas ofertadas pela escola campo (Escola Ensino Fundamental Dom Moises Coelho) e em todas essas experiências citadas até aqui relacionadas a educação, a Escola, ao ensino me apontam que todo o desenvolvimento, as metodologias de ensino, as orientações pedagógicas, objetivos e as finalidades da Escola se personificam no Currículo escolar.

Parto da perspectiva da compreensão do Currículo escolar enquanto espaço materializador dos saberes contidos na escola, expressos nas disciplinas curriculares, como a de Geografia, Matemática, Ciências, Biologia etc., mas não apenas utilizo essa mera rotulação ao Currículo. O compreendo como artefato temporal e espacial que possibilita uma amplidão de compreensões e significações perante as ações, condutas, procedimentos, conteúdos e normatizações que tanto interfere na vida dos professores, dos alunos e da sociedade, sendo a sociedade fortemente norteando as elaborações dos currículos perante a sua concepção e vastidão no que se refere às questões relacionadas à cultura, ou seja, o multiculturalismo interfere diretamente na elaboração dos currículos que agirá nas práticas e ações que ocorrerão na escola.

Sobre o currículo escolar, destaco que a educação brasileira vem passando por transformações e reformulações na sua estrutura, na forma de organização e na problematização acadêmica e escolar de tais questões, possibilitando assim uma reflexão e talvez um direcionamento sobre a sua atuação, sua importância e seu desenvolvimento para a sociedade e o mais importante, para a vida dos estudantes.

Porém, as instituições privadas, ligadas ao mundo do capital, buscam auxílio do Estado para realizar manobras que possibilitem prolongar seu controle até as escolas. Para que isso ocorra, o Estado se utiliza de leis e resoluções, para criar reformulações pautadas em um sistema de crise dentro das escolas, afirmando a necessidade de mudanças direcionadas ao Currículo Escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um exemplo na materialização dessa lógica de poder que incide sobre o currículo na contemporaneidade, compreendo que o seu surgimento se configure como um instrumento de regulamentação e controle dos corpos, pautada na

unificação do currículo para diferentes regiões do país, através da implementação de diretrizes e parâmetros que visam à regulamentação, tendo como objetivo unificar aprendizagens geográficas, gerando nada mais do que sujeitos passíveis e precarizados destinados a adentrar ao mercado de trabalho.

Dessa maneira a BNCC, posiciona e direciona os saberes geográficos para um patamar de metodologias pautadas no desenvolvimento dos conceitos e conteúdos, baseando-se em habilidades e competências para cada etapa da escolarização, configurando talvez o modelo educacional construído tendo referência alguns aspectos culturais marcantes da sociedade contemporânea, especialmente aqueles ligados à formação do sujeito consumidor, empreendedor de si mesmo e deslocado das demandas espaciais do lugar em que vive.

Então, a BNCC entra em vigor no cenário educacional, por meio de uma política neoliberal, a favor da precarização e da destinação dos alunos ao mercado de trabalho, podendo então afirmar seu papel como uma política de sucateamento da educação após a sua introdução nas escolas, mediante as alterações dos currículos e dos possíveis direcionamentos metodológicos sugeridos.

A importância de se realizar investigações dos currículos escolares baseia-se na sua relevância para a Sociedade, para Escola, para os professores e para Universidade especificamente nos cursos de formação de professores. O currículo é um instrumento primordial na composição escolar, constituído por experiências das salas de aulas e outros espaços, permeadas pelas interações entre os diversos sujeitos que compõe a escola e o universo que a circunda, sendo assim o percurso que os alunos irão percorrer durante a sua permanência na escola.

Assim o currículo é marcado pelo conjunto de necessidades trazidas pelos grupos que constituem a sociedade, direcionadas para a escola buscando a formação de indivíduos aptos a viverem em sociedade, respeitando as leis, regras, valores e possibilitando sua inserção social ou seja, o currículo que esteja e seja formulado no chão da escola.

Surge então a necessidade de se realizar análise dos currículos escolares que envolvem os anos finais do ensino fundamental e também para que se se tenha compreensão sobre o direcionamento das políticas públicas de formação de professores, após a introdução da Base nas escolas. Como os cursos de licenciatura das universidades brasileiras, sofrerão modificações em seus currículos para conceber indivíduos que se adéquem as características que a Base exige para os profissionais do magistério.

Outro ponto também será as políticas públicas sobre os livros didáticos, que necessitarão de mudanças nos editais de elaboração, nos conteúdos e procedimentos contidos

nos novos livros que passaram a se adequar com as habilidades e competências da Base, acarretando assim diversos custos a união e na obsolescência dos antigos acervos.

Para a educação geográfica, será importante realizar essa investigação, pois o saber escolar caracterizado como geográfico, possibilita múltiplas interpretações e discussões por caminhos diferentes, mas que chegam ao mesmo destino, que é o desenvolvimento de espacialidades. O mau uso dos saberes geográficos dentro da educação escolar perante os direcionamentos contidos no currículo escolar possibilita a perda da criticidade do espaço e das relações sociais, elementos imprescindíveis para diversas análises da sociedade e do planeta que tem como palco a compreensão de tais fenômenos perante a geografia escolar.

Diante de tais narrativas sobre essa utilização do saber geográfico dentro do universo escolar emerge uma diversidade de questionamentos sobre a introdução da BNCC para todas as escolas a nível nacional. Quais os impactos de uma reorganização curricular que tende a padronizar o que será ensinado em todas as escolas brasileiras, sabendo que as realidades e os indivíduos são distintas? A quem serve a BNCC? O que justifica uma formação voltada, desde cedo, para o mundo do trabalho?

Essa pesquisa é um importante passo para identificar quais estratégias tanto metodológicas como curriculares, contidas na BNCC, viabilizarão e conduzirão a uma formação geográfica de sujeitos destinados a sobreviver numa lógica neoliberal de governo, encabeçadas pelo Estado.

Compreendo que tais direcionamentos para o currículo escolar incide diretamente nos corpos dos alunos, reverberam também não apenas no âmbito educacional, mas que ultrapassa os muros da escola e atingem a vida dos alunos como um todo.

Assim a importância de estudar geografia na educação básica ocorre pela necessidade de se compreender o espaço e as suas múltiplas linguagens nelas expressas e ainda mais contribuir para o processo de amadurecimento tanto social, intelectual e humano. Busco analisar as relações entre Geografia, Espaço e Poder que animam as práticas de saber acionadas pela BNCC no Ensino Fundamental Anos Finais. Para realizar tal empreitada, pretendo:

- Contextualizar a BNCC no panorama político e educacional contemporâneo, tomando como referência as práticas de governo que operam a partir dela;
- Descrever a organização conceitual, temática e metodológica preconizada para a Geografia no documento curricular em questão;
- Problematizar a operacionalidade das competências e habilidades geográficas presentes na BNCC;
- Propor estratégias para a elaboração de práticas contextualizadas de saber geográfico a partir das diretrizes colocadas pela BNCC.

Para concretizar os objetivos da pesquisa, parti de uma abordagem qualitativa, ou seja, busquei realizar os estudos por meio da compreensão das relações existentes entre a BNCC e os sujeitos. No qual as suas ações incidirão diretamente nos corpos dos estudantes, se adequando a tal abordagem, como forma de utilizar informações por meio de reflexões e questionamentos de ordem subjetiva para problematizar a pesquisa.

Os resultados alcançados por meio das leituras, fichamentos e esquematização das demais informações perante o percurso investigativo foram imprescindíveis para o andamento da pesquisa. Assim como também os questionamentos que me levaram a duvidar das evidências sociais relacionadas à temática, tendo a problematização como um dos instrumentos fundamentais para a condução do pesquisar, sendo assim um dos principais elementos metodológicos que me conduziram a problematizar tais afirmações sobre postas na BNCC.

O procedimento investigativo ocorreu por meio bibliográfico, buscando coletar informações referentes à temática que balizam a pesquisa, para Marconi e Lakatos (2010, p.142) “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”.

Para compreensão dos dados coletados, foram necessários questionar a sua importância para o universo escolar, para a sociedade e para a elaboração dos currículos escolares, destacando assim a importância de refletir, duvidar e formar uma análise interpretativa, reflexiva e crítica perante seu objeto em estudo.

O objeto de estudo foi a Base Nacional Comum Curricular, especificamente a parte que aborda a etapa de escolarização destinada ao Ensino Fundamental Anos Finais – componente curricular Geografia. As fontes para a realização da pesquisa foram em teses, artigos, revistas, livros, jornais tendo como recorte para os conteúdos sobre a BNCC- Ensino Fundamental Anos Finais - componente curricular Geografia, Poder, Espacialização e Geografia.

A pesquisa foi dividida em seis etapas metodológicas para a efetivação da investigação, sendo elas:

- Organização das fontes para a pesquisa e o levantamento bibliográfico dos principais autores e conceitos, construção de um mapa mental com os principais conceitos para facilitar a compreensão das reflexões;
- Leitura, reflexões e escrita sobre os assuntos/autores e a BNCC nos anos Finais do Ensino Fundamental;
- Construção de figuras e mapas para organizar e localizar a pesquisa;
- Construção de um quadro contendo a Organização Metodologia tem como objetivo organizar os procedimentos metodológicos contidos na BNCC, para cada conteúdo geográfico;

- Problematização teórica das competências e habilidades direcionadas ao ensino de Geografia;
- Escrita e problematização dos resultados obtidos após as reflexões.

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico no Portal Periódicos, na biblioteca do Centro de Formação de Professores da UFCG, em dicionários filosóficos, tendo como objetivo identificar os autores e conceitos que se pudessem dar um aporte teórico para a pesquisa, assim em Foucault, (1974, 1979, 1996, 1999) foi pautado nas relações ao poder, a disciplina, biopolítica, em Oliveira, (2019) foram relacionados com Neoliberalismo, Estado Governamentalizado e noções relacionadas ao Governo, já em Veiga-Neto, (2008, 1999), busquei elencar as principais definições sobre Currículo escolar e suas características presentes na contemporaneidade, em Santos, (1985, 1986, 2001, 2008), foram as questões relacionadas ao Meio Técnico Científico Informacional e as suas reflexões sobre o neoliberalismo. Já em Rocha (2008), foram pautadas a diferença entre Estado e Governo, em Oliveira (2010) as definições sobre Políticas públicas, em Sampaio (2002), foram os indicativos Neoliberais e em Pessoa (2017) as trajetórias relacionadas a atuação dos professores no início de carreira.

Para uma melhor organização da utilização dos conceitos, foi elaborado assim um Mapa Mental, tendo como objetivo articular a teoria com os principais conceitos utilizados pelos autores. Constantemente, ocorreram leituras e anotações do que foram mais pertinentes para a pesquisa, buscando um maior aprofundamento para compreender o objeto em análise.

Assim o processo de compreensão e escrita passou inicialmente pelo amadurecimento, desmonte e reorganização de tais conceitos e das reflexões, desencadeando-se assim para iniciar as minhas escritas e as problematizações dessa pesquisa.

Sendo assim, leituras delongadamente da Lei nº 9.394 de 1996, relacionadas a Diretrizes Bases da Educação (LDB), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de toda a BNCC, do que se trata o Currículo Escolar, qual a relação da Geografia com esses elementos já citados, buscando compreender a importância deles para a sociedade, para a Escola, para os alunos, para o Estado.

Foi elaborado um quadro referente à Linha do Tempo da BNCC, tendo como objetivo contextualizar o objeto em análise no cenário contemporâneo. Também foi inserido mapas dos estados pioneiros que foram a favor e contra a implantação da BNCC, tendo como objetivo identificar a distribuição espacial e as possíveis relações entre a unificação dos currículos com a proximidade territorial e o capital, buscando a construção de um novo território tendo como pilar de surgimento e implantação da BNCC.

Foram organizados quadros buscando descrever a organização conceitual, temática e metodológica que a BNCC sugere. O objetivo foi possibilitar uma visibilidade e questionamentos dos ditos no componente curricular Geografia, buscando problematizá-los com os deslocamentos metodológicos existentes na BNCC. Foi feito levantamento teórico sobre a noção de competência e habilidades.

2.0 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

O mundo contemporâneo é marcado pela evolução nas diversas formas de apropriação dos elementos materiais, como territórios e o dinheiro (capital), como também dos elementos imateriais, o saber, a liberdade esses dois últimos são elementos que felizmente não podemos quantificar monetariamente o seu valor e a sua importância.

Dito isso, trago alguns arranjos espaciais e organizacionais que a todo custo tentam monetizar o saber e a liberdade, assim o mundo contemporâneo abraça os ideais do neoliberalismo entrelaçado com o processo de globalização, sendo esse, o unificador dos principais elementos que unem a sociedade (culturais, tecnológicos, econômicos, políticos, comerciais) e também como amplificador das desigualdades que assolam a sociedade.

Essa era se materializa também pela rapidez e intensidade do fluxo da informação entrelaçado com as novas tecnologias e equipamentos como smartphones, notebooks, sem falar no quantitativo exorbitante de cabos de fibras ópticas espalhados pelo globo terrestre, deslocando a informação de forma rápida. Graças à internet, é possível se comunicar de forma instantânea por vídeo chamada com uma pessoa que se encontra em outro hemisfério, como é o caso Japão, localizado no hemisfério oriental. Tal interligação ocorre por meio dos satélites, que por sua vez demarcam boa parte do globo terrestre, marcando o grande avanço no desenvolvimento tecnológico e informacional, promovido pelo que Santos (2008) definiu como o Meio Técnico Científico Informacional, esse, resultado da evolução da técnica até os dias atuais, é a principal marca do atual período.

É importante destacar o papel da informação nessa nova era, e como o mercado financeiro em sua versão neoliberal, se utiliza dessa nova configuração pautadas no mundo globalizado, para buscar cada vez mais colaboradores que possibilitem ao mercado neoliberal atingir outros patamares na geração de lucro.

Para uma compreensão acerca da problemática na qual se insere essa pesquisa, é preciso descrever e esclarecer qualquer requisito de dúvida ou de confusão na finalidade de dois elementos importantes, sendo eles o Estado e o Governo. Para isso necessito diferenciar as práticas e as finalidades de cada um, nas palavras de Rocha (2009, p.140),

É comum e indevido confundir o Estado com o governo. O Estado é toda a sociedade política, incluindo o governo. O governo é principalmente identificado pelo grupo político que está no comando de um Estado. O Estado possui as funções executiva, legislativa e judiciária. O governo, dentro da função executiva, se ocupa em gerir os interesses sociais e econômicos da sociedade, e de acordo com sua orientação ideológica, estabelece níveis maiores ou menores de intervenção. Assim, governo também não se confunde com o poder executivo, este é composto pelo governo,

responsável pela direção política do Estado, e pela administração, como conjunto técnico e burocrático que auxilia o governo e faz funcionar a máquina pública.

A diferença entre Estado e Governo descrita pela autora, ocorre pela função de cada um, o Governo é proveniente de mandatos de políticos eleitos (as vezes sim outras nem tanto democraticamente), e que tem em suma uma característica própria no conduzir do Estado. Já o Estado, é formado pelo conjunto político, social e econômico tendo seu objetivo um pouco diferente do Governo. Os governos possuem um período de tempo que se traduz como o período de mandato.

Vemos que o governo que está à frente do Estado brasileiro atualmente, age perante uma lógica neoliberal, não é que seus antecessores estejam livres dessa roupagem, mas que ocorria de forma mais minuciosa, assim ele vem se posicionando cada vez mais um mergulho profundo nas práticas neoliberais contemporâneas, no que se diz respeito à privatização e precarização da atividade pública, tendo como respaldo o contexto do neoliberalismo econômico como propulsor dessas alterações, segundo Oliveira (2019, p. 38).

O neoliberalismo marca, nesse sentido, a sobreposição de diferentes tecnologias políticas que atuam articuladas e constituem juntas, uma rede de práticas, discursos e instituições voltadas para a capitalização das diferentes instâncias e contextos de vida de sujeitos e populações.

Tais prerrogativas sobre o neoliberalismo possibilitam a inserção de uma roupagem privatizadora e mercadológica, tendo como alvo a vida e as subjetivações dos indivíduos, realocando as funções básicas do Estado para a iniciativa privada e a venda de grandes estatais para esses grupos. O mercado assume as “rédeas” do governo perante o Estado.

Podemos compreender a inserção do mercado dentro do contexto político em relação ao Estado, possibilitando a ele uma nova roupagem com características privatizadoras, no sentido em que o mercado tende a ocupar espaços que antes eram restritos ao Estado e suas políticas públicas de governo, é caso da educação. Nas palavras de Oliveira (2010, p.93)

Política pública é uma expressão que visa definir uma situação específica da política. A melhor forma de compreendermos essa definição é partirmos do que cada palavra, separadamente, significa. Política é uma palavra de origem grega, politikó, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já a palavra pública é de origem latina, publica, e significa povo, do povo. Assim, política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado.

O Estado, é o principal elaborador de políticas públicas, porém os governos também deliberam em suas metas e planos de governo, a criação, a continuação, ampliação de alguma política pública de estado ou o surgimento de uma nova.

Esse processo de criação de políticas públicas, perante um Estado que se encontra governado por indivíduos que compactuem com neoliberalismo, acarretara na deslegitimação do mesmo no ambiente público por meio dessas políticas. Esse resultado se dar por barganhas que tem como plano de fundo o favorecimento e as trocas cambiais, entre o Estado e o mercado, gerando novas políticas públicas que reafirmem esses novos mecanismos. Para Sampaio, Santos e Mesquita (2002 p. 07):

Dentre essas políticas, temos a privatização, a redução do tamanho do Estado [...]. A privatização representa, também, a liberação de compromissos do Estado, a tecnização das empresas (com o conseqüente desemprego) e, é claro, a redução dos serviços prestados pelo Estado.

Nesse sentido, o Estado passa a agir de acordo com a lógica neoliberal, criando mecanismos de proteção, regulação e financiamento para esses agentes, se utilizando do seu aparato legal e judicial para efetivar essa inserção por meio de novas políticas públicas, em decorrência disso acaba tornando assim mínimo e ausente.

Enquanto o mercado financeiro se expande no setor público, transformando cada vez mais o público no privado, onde a ideia de precarização toma força através do neoliberalismo. Sampaio, et al (2002, p.07) citam os indicativos do neoliberalismo no Estado, como podemos observar no quadro 01 a seguir.

QUADRO 01: INDICATIVOS NEOLIBERALISMO PRESENTES NO ESTADO.

Os indivíduos são responsáveis, pois são agentes morais, daí a individualidade, a racionalidade, o egoísmo.
Administração para o gerenciamento = liberdade para gerenciar.
Desgovernamentalização do Estado: o governo estaria atrelado ao mercado.
Nova relação entre governo e conhecimento: governo à distância (ministérios, secretarias de Estado de educação à distância, etc.).
Mercantilização da democracia (venda de candidatos como produtos da imagem; eleitores tornam-se consumidores individuais passivos).
Socialização das perdas.
Desenvolvimento de uma sociedade empresa: privatização do público, mercantilização da educação e da saúde.
Baixa consciência ecológica, pois o que determina as ações econômicas é o lucro máximo, não havendo qualquer limite para o crescimento – soluções de mercado para problemas ecológicos.

Elaboração Sampaio, et al (2002, p.07) **Adaptação:** SILVA NETO, M. J. (2021).

As prerrogativas descritas no quadro 01 são amplamente evidentes no que se diz respeito às práticas de condutas do Estado alinhadas as orientações do governo no tanger da condução nos trilhos neoliberais.

Cada vez que o Estado trafega pelos trilhos neoliberais, mas ele se aproxima do destino final, onde sua ausência na seguridade social realoca nesse momento, para ser das empresas e das iniciativas privadas de mercado internacionalizado.

Com isso, o neoliberalismo se aprofunda no núcleo central da sociedade, reorganizando ainda mais a dinâmica social, atribuindo diversos mecanismos de exploração alinhados as novas formas de utilização do potencial humano, só que em um novo tempo, com novos avanços tecnológicos, que possibilitam a infiltração desses novos mecanismos de exploração em diversos espaços, a exemplo: a escola; as políticas públicas em educação; e etc.

Outro forte elemento que se intensifica e fortalece, é a constate inserção da competitividade na sociedade, prática inerente aos ideais neoliberais. Desde novos somos conduzidos a agir e pensar de forma unificadora, somos ensinados a fazer e agir não pelas nossas subjetividades, mas para e por uma única subjetivação, a que favoreça e beneficiei as relações de poder e barganha do Estado e as empresas e empresários neoliberais, perante a dominação dos nossos corpos. Nas palavras de Oliveira (2019, p. 26)

Na perspectiva do Estado governamentalizado, as ações políticas necessitam de uma plasticidade, no sentido de articularem as incisões sobre o indivíduo, com comandos para os diferentes grupos populacionais de que faz parte. Projeta-se uma rede de subjetivação que age em vários níveis sobre sujeitos e populações no sentido de conduzir as condutas. Somadas às tecnologias disciplinares, o desenvolvimento de práticas discursivas e não-discursivas voltados para constituição de verdades sobre a vida biológica possibilitou a implementação de tecnologias de poder que visam o corpo coletivo, a população.

Tais direcionamentos afloram na sociedade no âmbito de que, o sentido de liberdade é apenas conotativo, se tornando algo meramente figurado, totalmente desconexo com sua etimologia, por outra via, se restringem a quem consegue se desdobrar por meio de lacunas espaciais, das tais ações neoliberais, pelo fato de que, os beneficiários, nunca estarão dentro de uma “sinuca” que legitima por base da exploração e da competitividade.

Essas dobras, no que se diz respeito às populações e o processo de fragmentação social, onde ricos estão interligados com específicos fragmentos neoliberais e a população mais pobre e carente estão com outros fragmentos que reproduzem e conduzem subjetivações e condutas genéricas e generalistas.

Tendo assim direcionado a população carente, a competitividade e a concepção de que não há oportunidade para todos, só para os mais moldados, no padrão “caixote social”.

Tornando os sujeitos cada vez meramente e socialmente individuais, onde a coletividade se exclui, passando a ter a noção de competitividade.

Resultante no combate corpo a corpo, onde o mais apto se sobressairá do mais fraco, assim por dizer. Essa disputa de corpos, pautados na busca de oportunidades em meio a uma sociedade resultante dos moldes perante a lógica neoliberal, só conseguirá sobreviver, quem se adequar a essas dobras, se tornando assim um vencedor ou apenas mais um que se alinhou a esse sistema.

Tais práticas se efetivam graças a políticas ditas como públicas, mas que na verdade beneficiam o mercado, possibilitando o direcionamento de recursos e ações que realoquem os sujeitos, os inserindo dentro dessa lógica.

Porém, o contraditório é posto em prática, quando políticas ditas como públicas deveriam reduzir as disparidades sociais, acabam sendo direcionadas ao mercado em detrimento da mercantilização dos corpos dos sujeitos, dentro de uma lógica globalizada e neoliberal, junto com mercado nacional e internacional, sendo assim Santos (2001, p.67) reafirma esse posicionamento ao afirmar que,

A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então, a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo. Mas, se o Estado não pode ser solidário e a empresa não pode ser altruísta, a sociedade como um todo não tem quem a valha. Agora se fala muito num terceiro setor, em que as empresas privadas assumiriam um trabalho de assistência social antes deferido ao poder público.

Então, percebemos que novas reformulações estão desencadeando novas posturas, essas por sua vez reguladoras por parte do governo. O Estado, inserido nessa nova configuração do mundo globalizado abraçado com as características neoliberais, passa a envolver e criar em seu arcabouço de metas, formulações e mecanismos que possibilitam governar e legitimar ações sobre os corpos dos indivíduos, compactuando então com a penetração dessas características descritas e contidas nas políticas públicas, que por sua vez favoreçam a iniciativa privada e o mundo do mercado.

No que se refere às políticas públicas destinadas ao campo educacional, percebemos que a relação entre o Governo e o Mercado, é marcada pela formulação de políticas educacionais sendo almejadas para sua adequação ao modelo neoliberal e ao mundo do mercado, a educação centraliza-se na modernidade como o principal alvo desses agentes, reproduzindo assim a narrativa de que tudo que é público não funciona bem, e que deve ser privatizado.

As políticas ditas como públicas, no contexto educacional trafegam na via de uma ambígua relação, na qual gera uma duplicidade de benefícios aos agentes do mundo do mercado. Essa duplicidade de benefícios, ocorrem na necessidade do aparato legal para instalarem a semente neoliberal no âmbito escolar, em segundo, se utilizam de discursos de valorização da educação por meio de programas e projetos que tem como gênese políticas públicas elaboradas e implementadas pelo Estado, que possibilitam a junção e a parceria entre o público e o privado.

O mercado como já descrito anteriormente tende a inserir suas mãos obscuras na educação, e para isso, procuram o Estado para barganhar a favor delas, por meio de políticas públicas que depois de elaboradas e implementadas, surgem novos espaços para a ampliação do mercado no cenário educacional. Oliveira (2019, p. 46)

A noção de governmentação compreende as diferentes práticas organizadas em torno da condução da conduta dos sujeitos, imprimindo direção e força sobre seu corpo e sua alma, sobre sua subjetividade. Essas “artes de governo” assumem mil formas e configurações, sempre ligadas ao exercício do poder no conjunto da população.

O governmentação favorece o surgimento de práticas que conduzam as subjetividades dos sujeitos, de forma que a população e os principais indivíduos que a constituem a sociedade, consigam estarem aptos a adentrarem ao mundo neoliberal de trabalho, atendendo as necessidades e os requisitos dos mercados internacionais, dentro de um mundo globalizado.

Para isso, o Estado se utiliza do seu aparato jurídico legal para justificar suas ações, a exemplo, podemos citar a criação de programas, projetos e documentos que possibilitam essa inserção, como bem afirma Souza, (2003 p.14) [...] políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas.

Dessa forma, o Estado e as empresas (das iniciativas privadas) do mundo do mercado, como é o caso Banco Mundial, que disponibiliza e oferta recursos ditos em seus discursos com objetivo de melhorar as estruturas das escolas, para aquisição de materiais etc.

Existe uma diversidade de áreas que são inseridas as políticas públicas por meio das ações do governo, como já argumentamos aqui. Teremos alguns exemplos, como é o caso de surgimento de políticas públicas voltadas para as questões de saúde, de segurança, de economia, porém o foco aqui será no desdobramento das políticas voltas para a educação. De qual forma irá implicar no seu desenvolvimento, em ações que afetem diretamente a vida dos alunos, dos professores, dos currículos, da escola e de todo o grupo de forma geral que compõem esse universo. Desse modo Oliveira (2010, p.96) afirma que

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

As políticas públicas em educação surgem para possibilitar uma redução nas disparidades existentes no sistema de educacional, resultante assim por dizer no surgimento de programas, projetos e em documentos que tentam combater essas desigualdades que assolam as escolas e o ambiente escolar.

Portanto, políticas públicas educacionais, dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar, enquanto ambiente de ensino-aprendizagem e de constante circulação de subjetividades. É importante compreender as análises posteriormente às elaborações de documentos que emergem na contemporaneidade, banhados por discursos e direcionamentos que afetam diretamente o coração da atividade escolar, o currículo.

2.1 CURRÍCULO, currículos: formulaÇÕES e direcionamentos.

Durante uma entrevista de emprego, é solicitado ao interessado que traga o seu currículo, para que seja possível identificar a sua formação, as experiências anteriores de trabalhos em outros locais e etc. Vale destacar, que esse currículo no qual descrevo inicialmente, não é o currículo escolar, mas, sim o currículo pessoal de um indivíduo, o qual conterà as experiências, os valores construídos e assim por dizer, o coração do sujeito, enquanto ser único. Nessa perspectiva, é o objeto de acomodação de todas as experiências de trabalhos, de saberes construídos no qual se formula o sujeito dono desse currículo.

Compreendo currículo escolar como instrumento que direciona um trajeto a ser percorrido durante as etapas do processo de escolarização, tanto na alfabetização, ensino médio ou qualquer outra experiência escolar voltada para o ensino e a aprendizagem, onde alguns elementos são incorporados à escola, como valores construídos socialmente e também os anseios que marcam as transformações sociais. Sendo inseridas pelo currículo e efetivadas por meio da construção de conhecimentos e metodologias e objetivos de ensino relacionadas ao conteúdo das diversas disciplinas escolares. Segundo Veiga- Neto (2002, p.43) compreende assim o

Currículo como um artefato educacional que retira elementos de uma cultura e os escolariza, apresentam-se sumariamente algumas perspectivas que têm sido adotadas para examinar de que maneiras o currículo está implicado com a sociedade que o produziu. Na medida em que estão ocorrendo rápidas e profundas modificações no mundo contemporâneo, discutem-se alguns “efeitos” sociológicos e culturais dessas

mudanças como as questões referentes à desigualdade distributiva, o multiculturalismo, o relativismo cultural, a representação e as novas tecnologias de subjetivação e suas relações com o currículo, principalmente no que concerne às nossas práticas pedagógicas e à pesquisa educacional.

O currículo escolar se torna peça fundamental no que se diz respeito à formação dos alunos e alunas, onde determinados saberes estão sendo problematizados e direcionados para esse ambiente, tendo como finalidade o favorecimento dos agentes neoliberais já descritos. Tais direcionamentos nos posicionam de encontro com duas dualidades sociais, a Cultura e a Escola.

Destaco esses dois elementos, pela compreensão de que a Escola é o local onde a realidade social é problematizada e nela entende-se que ocorra o processo de criticidade social, perante as múltiplas facetas ópticas das diversas disciplinas como a Geografia. Que conduz o investigador das múltiplas representações culturais existentes na sociedade e das diversidades e perversidades também contidas nela, sendo essas reproduzidas por subjetividades e valores que estão interligados diretamente com a cultura da sociedade. Segundo Veiga- Neto (2002, p.44).

De certa forma, então, um currículo guarda estreita correspondência com a cultura na qual ele se organizou, de modo que ao analisarmos um determinado currículo, poderemos inferir não só os conteúdos que, explícita ou implicitamente, são vistos como importantes naquela cultura, como, também, de que maneira aquela cultura prioriza alguns conteúdos em detrimento de outros, isto é, podemos inferir quais foram os critérios de escolha que guiaram os professores, administradores, curriculistas etc. que montaram aquele currículo. Esse é o motivo pelo qual o currículo se situa no cruzamento entre a escola e a cultura.

Sobre a Cultura, é importante destacar seu processo formação histórica no qual é marcado pela diversidade de povos existentes no país, onde a própria formulação do território nação é concebida pelas diversidades culturais existentes. Podemos nomear a exemplo: a cultura indígena, africana, portuguesa, espanhola, alemã e até a própria cultura brasileira, tais diversidades culturais existentes, não necessitam de uma única representação cultural contidas no currículo escolar que são direcionadas a escola, e que venham posteriormente atender exclusivamente a uma demanda, mas sim as múltiplas demandas sociais. Sobre o multiculturalismo, Veiga-Neto (2002, p. 48) afirma que

O multiculturalismo coloca-nos frente a muitas outras questões de difícil solução (se é que há solução para elas...): como poderemos ensinar para culturas diferentes da nossa, sem colonizá-las? Ou, em outras palavras: como (e também que) ensinar para outros grupos sem impor a eles a minha cultura? E não é demais lembrarmos que, levada ao seu limite, essa pergunta torna altamente problemático qualquer projeto educacional: afinal, educar não envolve um processo de colonização de mentes e corpos? Essa é uma pergunta de natureza ética não trivial.

Nesse conduzir de elaborações na qual o currículo escolar é alinhado pelas características culturais vigentes na modernidade, devemos aqui também evidenciar o papel da Escola, sendo ela o palco para a efetivação e a materialização do currículo, tanto no que diz

respeito ao direcionamento dos saberes para os alunos e alunas, como também espaço de relações sociais entre diversos sujeitos da sociedade. Segundo Veiga –Neto (2008, p.142)

Ao longo da Modernidade, a escola estabeleceu-se como uma grande maquinaria social e cultural, ou seja, como um grande conjunto de “máquinas” que, operando articuladamente entre si, desempenharam um papel crucial para a formação política, cultural e econômica da sociedade ocidental. Essa maquinaria, além de inventar espaços específicos para a educação das crianças e dos jovens, foi decisiva para a invenção de saberes e seus respectivos especialistas, encarregados de dizer como educar, ensinar, vigiar e regular essas crianças e esses jovens. E, à medida que se encarregava mais e mais dessas tarefas, a escola foi se institucionalizando, ou seja, foi se estruturando humana, material e discursivamente, tornando-se um lugar ímpar na Modernidade.

Essas prerrogativas direcionadas as múltiplas tarefas aos alunos no ambiente escolar, ocasionam e ocasionaram em dobras que alteram a finalidade da escola.

E, conseqüentemente é impulsionada pelos direcionamentos contidos no currículo, onde novas roupagens são inseridas no espaço escolar, conduzindo aos alunos e alunas por meio de mecanismos de ampliação das múltiplas formas de adequação da sociedade.

São gerados assim moldes de caráter flexível do sujeito e do seu corpo, na medida em que novas orientações são postas visando alcançar o desenvolvimento tecnicista de habilidades e competências, possibilitando o direcionamento e a sua inserção no mundo neoliberal, sobre isso, Veiga-Neto (2008, p.145) afirma que

É quase uma banalidade afirmar que a escola vem funcionando, ao longo dos últimos quatro séculos, como a mais importante instituição capaz de moldar disciplinarmente os indivíduos que ela toma para si. A imensa maioria de nós aprendemos a ser disciplinares (e, no limite, disciplinados), graças às ações das máquinas como o currículo, o panóptico, as fichas simbólicas etc.

A grande problemática sobre o currículo na contemporaneidade é o seu uso no contexto do neoliberalismo, sendo conduzido a legitimar e disciplinar os corpos dos alunos e alunas, para que durante esse percurso formativo na educação, tanto no que se diz respeito aos conteúdos como também nas relações internas entre os diversos alunos e alunas, seja possível alcançar a docilidade dos corpos, que sejam assim conduzidos por dispositivos disciplinares, a favor de barganharem as suas subjetividades em troca de uma formação voltada aos moldes neoliberais. Sobre essas prerrogativas, Veiga-Neto (2008, p.145)

Enquanto conjunto organizado de conhecimentos escolares, o currículo assumiu para si a lógica disciplinar, levando-a a um desenvolvimento notável, tanto em termos do eixo corporal disciplina-corpo quanto em termos do eixo dos saberes disciplina-saber. Neste ponto, para tratar da disciplinaridade vale a pena recorrer ao conceito foucaultiano de dispositivo, de modo que se possa falar em dispositivo da disciplinaridade. Com a palavra dispositivo, Foucault designa todo um conjunto de

práticas discursivas e não discursivas cujos elementos são heterogêneos, mas se mantêm conectados numa rede de relações.

Assim, teremos uma organização dos conhecimentos escolares pontuada na elaboração e nos direcionamentos que contém o currículo escolar, e também evidenciamos que tais saberes legitimaram ações, que terão características disciplinares. Portanto o saber será pautado no âmbito disciplinar dos corpos dos alunos, as condutas serão modeladas para que tais dispositivos consigam alcançar os objetivos de produzir corpos doces, perante o desenvolvimento metodológico dos conteúdos e da geografia escolar, em específico e dos demais conhecimentos que compõem a educação a alcançar mais corpos, e mais subjetividades. Veiga-Neto (2008, p.145) sobre dispositivo

Foucault chama de dispositivo a rede de relações que mantém certas práticas e correlatas instituições articuladas entre si e cuja racionalidade desempenha funções estratégicas, ou seja, funções cujo objetivo principal é fazer funcionar ou manter o poder de uns sobre os outros, a ação de uns sobre as ações dos outros. Na medida em que o currículo foi inventado e aperfeiçoado tendo a disciplinaridade como fundamento epistemológico e prático, ele pode ser entendido como parte importante do dispositivo da disciplinaridade. E assim sendo, o currículo se corporifica, seja pelo seu conteúdo, seja pela sua forma, como o elemento que, na escola moderna, se institui com e institui o pensamento disciplinar.

Sobre essa rede de relações que mantém práticas disciplinares a exemplo, teremos na contemporaneidade a introdução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde tais direcionamentos contidos nesse documento, institui a padronização dos currículos escolares a nível nacional.

As subjetividades culturais serão unificadas perante os currículos adotados para todas as escolas a nível nacional, reorganizando assim os currículos das escolas, possibilitando uma unificação, uma padronização e uma “desarticulação” com a realidade do país, no que podemos definir, como território curricular unificado perante a flexibilização dos corpos dos alunos, se tornando assim um dispositivo capaz de atingir os locais mais longínquos do Brasil.

2.2 O surgimento, constituição e implantação da BNCC no cenário educacional contemporâneo.

No Brasil, a educação escolar consiste em um direito, garantido pela Constituição Federal. A Constituição de 1988 concebe como papel do Estado garantir a seguridade e o bom desenvolvimento da educação no país, juntamente com as famílias dos alunos como assim descrito em seu artigo 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da

peessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A constituição é bastante clara no que se diz respeito à obrigação do Estado e da família, em promover e incentivar o desenvolvimento educacional das crianças e dos adolescentes. Nessa medida, o governo que está à frente do Estado, delibera por meio das políticas públicas metas a serem cumpridas relacionadas a redução das taxas de analfabetismo, alfabetização etc., dessa forma artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), descreve que, serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Então, os empresários e mundo do mercado aproveitam um subespaço posto pelo atual governo e se utilizam desse aparato legal para pôr em prática na contemporaneidade a formulação da BNCC, ela é parte principal e resultante do desenrolar entre esses elementos descritos, trazendo consigo uma formação aos moldes desse novo modelo e dessa nova relação entre o Estado e o mundo do mercado, sendo analisada nos próximos passos analíticos investigativos que tangem a BNCC, Políticas Públicas Educacionais, Estado, Mercado e Neoliberalismo.

A BNCC surge na contemporaneidade se materializa como um documento de caráter normativo, visando o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que os alunos necessitam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Dessa maneira, em seu texto, a BNCC é descrita como:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito! Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Brasil (2018, p.7)

Para compreender todo processo de compilamento até a sua implementação é importante fazer uma descrição dos fatos históricos que ocasionaram o emergir da BNCC. A seguir no quadro 01, os Trajetos Temporais da BNCC, dando destaque para o seu surgimento e a sua implementação no sistema educacional.

QUADRO 02: TRAJETOS TEMPORAIS DA BNCC.

ANO	CARACTERÍSTICAS
-----	-----------------

1888	É promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que prevê, em seu Artigo 210, a Base Nacional Comum. Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
1996	É aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu Artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica.
1997	São consolidados, em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, apontados como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Foram feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos, sobretudo no desenvolvimento do currículo.
1998	São consolidados, em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. A intenção é ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade.
2000	São lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), em quatro partes, com o objetivo de cumprir o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias.
2008	É instituído em 2008 e funciona até 2010 o Programa Currículo em Movimento que busca melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio.
2010	Entre 28 de março e 01 de abril é realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), com a presença de especialistas para debater a Educação Básica. O documento fala da necessidade da BNCC, como parte de um PNE. A Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010, define as DCNs com o objetivo de orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino.
2014	A Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 (dez) anos. O Plano tem 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica e 4 (quatro) delas falam sobre a BNCC. Entre 19 e 23 de novembro é realizada a 2ª Conferência Nacional pela Educação (Conae), organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) que resultou em um documento sobre as propostas e reflexões para a Educação brasileira e é um importante referencial para o processo de mobilização para a Base Nacional Comum Curricular.
2015	Entre 17 a 19 de junho acontece I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNC. Este Seminário foi um marco importante no processo de elaboração da BNC, pois reuniu todos os assessores e especialistas envolvidos na elaboração da Base. A Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015. Em 16 de setembro de 2015 a 1ª versão da BNCC é disponibilizada.
2016	Em 3 de maio de 2016 a 2ª versão da BNCC é disponibilizada. De 23 DE JUNHO A 10 DE AGOSTO/2016 aconteceram 27 Seminários Estaduais com professores, gestores e especialistas para debater a segunda versão da BNCC.
2017	Em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da BNCC ao CNE. O CNE irá elaborar parecer e projeto de resolução sobre a BNCC, que serão encaminhados ao MEC. A partir da homologação da BNCC começa o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares. Em 20 de dezembro de 2017 a BNCC foi homologada pelo ministro da Educação. Em 22 de dezembro de 2017 o CNE que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.
2018	Em 06 de março de 2018, educadores do Brasil inteiro se debruçaram sobre a Base, com foco na parte homologada do documento, correspondente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender sua implementação e impactos na educação básica brasileira. A partir daí o CNE iniciou um processo de audiências públicas para debatê-la.

Fonte: Histórico da BNCC (2018). **Disponível em:** < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico> > Acesso em jun. de 2020.

Percebemos que não consta na Constituição Federal de 1988, no artigo 210 menção relacionada a BNCC, e sim apenas a necessidade da existência de uma formação básica e comum e também não foi encontrado algo relacionado no artigo 26 da LDB. Ou seja, uma mentira dita muitas vezes, acaba se tornado uma verdade, assim é disseminado pelo próprio MEC, algo grave a ser levado em consideração. Assim esses dois tópicos iniciais no quadro 02 estão totalmente distorcidos perante a veracidade de informação.

Os participantes das Conferências Nacional em Educação (CONAE) eram oriundos das diversas classes e movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como os sindicais relacionados a educação, políticos, gestores estaduais e municipais e também a participação dos grupos de empresários. A grande questão é a participação desse último grupo em reuniões destinadas a educação, ou seja, poderia ocorrer assim alguma deliberação a favor de tais agentes vinculados ao mundo do mercado.

No ano de 2014 ocorreu à segunda CONAE e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), sobre o PNE o histórico da base afirma que dentro das 20 metas postas para serem concretizadas em 10 anos, há a citação referente a BNCC, entretanto ao analisar o documento em questão, não foi comprovado a existência de tal citação referente a mesma, assim notamos mais uma falácia contida no histórico da BNCC.

No ano de 2015 ocorreu o lançamento a nível nacional da primeira versão da BNCC, de 2015 até meados de 2018 a BNCC passa por processo de audiências públicas para debater e discutir os procedimentos, reformulações e elaborações que esse documento traz para a comunidade escolar, em específico ao currículo escolar.

Sobre as audiências públicas, durante esse processo foram os inúmeros debates sobre os textos contidos na versão primária da base, assim foram feitos vários pareceres técnicos sobre tais orientações contidas na BNCC. Das prerrogativas questionadas foram as que mais se destacaram: a própria existência de uma base, as disputas pelas hegemonias das narrativas escolares, a falta de compreensão e de diálogos perante as especificidades da educação brasileira, dos alunos e das múltiplas realidades vivenciadas por esses alunos e pelas diferenças estruturais contidas nas escolas e etc.

No ano de 2018 ocorre o processo de implementação da base, em que as etapas de escolarização dos anos iniciais até os anos finais do ensino fundamental passarão por alterações no que se diz respeito às questões relacionadas aos objetivos do que traz o documento em questão. Em 06 de março de 2018, educadores do Brasil inteiro se debruçaram sobre a Base, com foco na parte homologada do documento, correspondente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender sua implementação e impactos na educação básica brasileira. Entretanto vale destacar que o processo de elaboração da BNCC foi marcada pela modificação dos elaborados e do grupo que auxiliava nessa primeira versão elaborada.

Assim, o cenário político brasileiro marcado por grandes incertezas desencadeou no processo de impeachment do então governo da presidenta Dilma Rousseff, foi o golpe de 2016 que resultou na ascensão do então vice-presidente Michel Temer que direcionou e reformulou

os ministérios do seu governo e nomeou o novo ministro da educação, Mendonça Filho, (o dito ministro da educação nessa, época hoje se encontra como consultor da Fundação Lemann), sendo esse uma peça fundamental na nova reformulação e na condução da escrita e das orientações da BNCC promovida pela antiga gestão do MEC.

Podemos observar na Figura 01, a identificação da implantação da base já no ano de 2018, os estados que naquela época estavam desenvolvendo em regime de parceira com os municípios referente às propostas para o currículo escolar, tendo a Base como uma bússola para ser guiada.

FIGURA 01: IDENTIFICAÇÃO DOS ESTADOS NA COMPOSIÇÃO CURRICULAR PERANTE BNCC 2018.



Fonte: Portal de Notícias da Globo (2021) **Disponível em:** <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/15/12-estados-e-o-df-ja-aprovaram-curriculo-de-referencia-para-escolas-do-infantil-e-fundamental.ghtml>> **Acesso em jun. de 2020.**

Conforme no ano de 2018, em boa parte dos Estados, já estavam com os currículos aprovados em consonância com a BNCC, outros que ainda findariam esse processo até o termino do ano. Dando foco principal para a região Nordeste, percebemos que Ceará - CE, Rio Grande do Norte - RN, Paraíba - PB, Pernambuco – PE e Sergipe - SE já estão com o currículo aprovado, fora Piauí – PI, Bahia – BA e Alagoas – AL que irão finalizar no ano de 2019.

Já no ano de 2019, podemos observar na Figura 02, que boa parte dos estados que compõe o Brasil já aderiram às orientações, mas ainda existem alguns estados que estão em processo de conclusão, como o Amazonas, Piauí, Bahia e o Rio de Janeiro.

FIGURA 02: IDENTIFICAÇÃO DOS ESTADOS NA COMPOSIÇÃO CURRICULAR PERANTE BNCC 2019



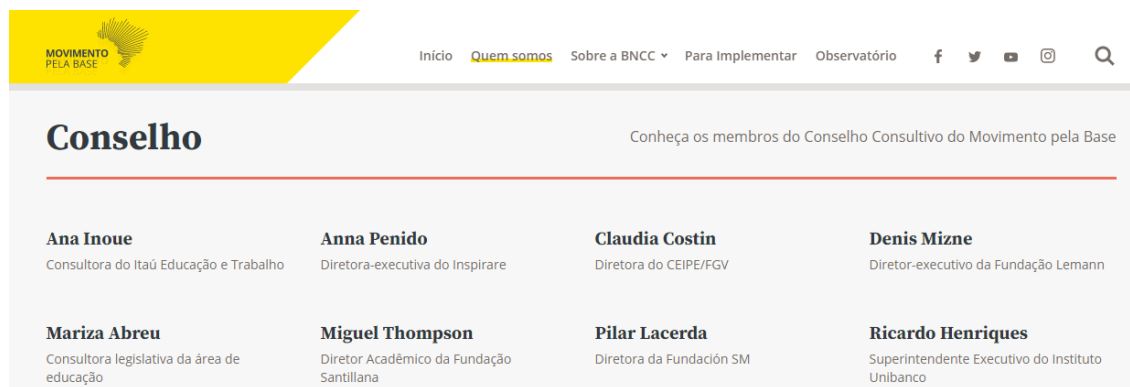
Fonte: Movimento pela Base (2021). **Disponível** em: < <https://movimentopelabase.org.br/> > **Acesso** em 04 jun. de 2021.

No ano de 2019 analisando a Figura 02, podemos observar perante uma análise territorial da constituição estados da federação brasileira, que o processo de implementação das referências curriculares alinhados a BNCC, nos currículos escolares do ensino infantil e fundamental nos sistemas educacionais das regiões, não se deu por completo, restando alguns estados dentro das regiões a realizarem essa implementação, vale destacar que essas outras regiões do Brasil ocorreram sua implementação de forma rápida e com ausência da participação mais ampla dos professores e da comunidade escolar.

Evidenciamos então geograficamente que na região Norte, restava apenas o estado do Amazonas, já na região Nordeste restava os estados do Piauí e a Bahia, por último não menos importante, na região Sudeste, faltava o estado do Rio de Janeiro para concluir essa etapa. Dessa forma a unidade federativa do Brasil conseguiu alcançar 100% de implementação do alinhamento dos currículos escolares com os direcionamentos contidos na BNCC no final desse ano e começando a vigorar nas escolas no ano de 2020.

Um parêntese deve ser aberto, no transcorrer da difusão do processo de implementação da BNCC como já foi citado até o momento, vale ressaltar que o “Movimento pela Base” é totalmente de cunho empresarial. Podemos observar na figura 03 a composição do conselho desse movimento adiante.

FIGURA 03: CONSELHO “MOVIMENTO PELA BASE”



Conselho Conheça os membros do Conselho Consultivo do Movimento pela Base

Ana Inoue Consultora do Itaú Educação e Trabalho	Anna Penido Diretora-executiva do Inspirare	Claudia Costin Diretora do CEIPE/FGV	Denis Mizne Diretor-executivo da Fundação Lemann
Mariza Abreu Consultora legislativa da área de educação	Miguel Thompson Diretor Acadêmico da Fundação Santillana	Pilar Lacerda Diretora da Fundación SM	Ricardo Henriques Superintendente Executivo do Instituto Unibanco

Fonte: Movimento pela Base (2021). **Disponível em:** < <https://movimentopelabase.org.br/> > **Acesso** em 05 jun. de 2021.

Essa figura possibilita refletir sobre dois pontos: o primeiro, qual a necessidade da existência de um site, direcionado a implementação e deliberação de ações e práticas destinadas a educação, onde o principal propulsor de tais informações é o site oficial da BNCC no site do MEC.

E o segundo ponto a ser compreendido, é até que ponto, bancos e iniciativas privadas estão de mãos dadas com a BNCC, evidenciamos nomes de alguns bancos e seus consultores, diretores e superintendentes executivos envolvidos no traçado da implementação da BNCC. Para ter uma noção maior sobre essa associação entre a educação, a BNCC e as diversas agências financeiras, e as que dizem não ser com fins lucrativos, podemos observar na Figura 04, a seguir.

FIGURA 04: APOIO INSTITUCIONAL MOVIMENTO PELA BASE

Apoio institucional

Abave

Espaço plural e democrático para o intercâmbio de experiências entre os acadêmicos e os implementadores da avaliação educacional.

Cenpec

Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social.

Comunidade Educativa

Cedac

Apoia profissionais da educação no desenvolvimento de conhecimentos e práticas que resultem na oferta de uma educação pública de qualidade.

Consed

O Conselho Nacional de Secretários de Educação congrega, por meio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

Fundação Lemann

Organização familiar sem fins lucrativos que desenvolve e apoia projetos inovadores em educação; realiza pesquisas para embasar políticas públicas no setor e oferece formação para profissionais da educação e para o aprimoramento de lideranças em diversas áreas.

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Organização familiar sem fins lucrativos que atua pelo pleno desenvolvimento da criança na primeira infância (fase do nascimento até 6 anos). Dedicada às atividades de conscientização da sociedade, mobilização de lideranças, apoio à qualificação da educação infantil e programas de atenção às famílias.

Fundação Roberto Marinho

Entidade sem fins lucrativos voltada para a educação e o conhecimento que contribui com o desenvolvimento da cidadania.

Instituto Ayrton Senna

Organização sem fins lucrativos que trabalha para ampliar as oportunidades de crianças e jovens por meio da educação.

Instituto Natura

Executa e apoia projetos voltados à melhoria da Educação Básica da rede pública, no Brasil e na América Latina, que sejam pautados na eficácia da aprendizagem, na equidade de resultados e na coesão social.

Instituto Unibanco

Visa ampliar as oportunidades educacionais dos jovens em busca de uma sociedade mais justa e transformadora, focando sua atuação na melhoria do Ensino Médio.

Itaú Educação e Trabalho

O Itaú Educação e Trabalho é o maior banco de investimento corporativo da América Latina e faz parte do grupo Itaú Unibanco.

Todos Pela Educação

Movimento da sociedade brasileira que tem como missão contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade.

Uncme

A União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação foi criada em 1992 e defende a concepção de Conselhos de Educação como órgãos de Estado, de participação, representatividade e controle social.

Undime

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação é uma associação civil, fundada em 1986, que reúne dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social.

Fonte: Movimento pela Base (2021). **Disponível em:** < <https://movimentopelabase.org.br/> > **Acesso em** 23 out. de 2021.

Essas são as instituições que apoiam as iniciativas do Movimento pela Base, tendo como objetivo o desenvolvimento e a implementação das orientações curriculares propostas pela BNCC em todos os currículos no Brasil. Assim tais instituições destinam formas e mecanismos para concretizar tais ações, tendo o pressuposto em valorização e melhoramento nos índices de desenvolvimento educacional no país.

Ainda sobre o processo de implementação na BNCC que contém as etapas de escolarização educação infantil e dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, está alinhada com os currículos escolares de todo o país. Seu processo de efetivação se dá graças às orientações contidas no site do Ministério da Educação (MEC), em uma parte específica que trata sobre a BNCC e também a manobras de outros agentes já citados aqui que pressionaram secretárias de educação para tais implementações curriculares.

Nesses sites e orientações por esses tantos agentes, acabam que alocam documentos e manuais que deliberam e encaminham normativas que possibilitaram as condutas para o alinhamento da Base aos currículos. Dessa maneira, as secretarias estaduais e municipais de educação, tinham a sua disposição documentos e apresentações que conduziam procedimentos para organizar e reestruturar seus currículos, atendendo as normativas que para o MEC foi caminho ideal para a efetivação da Base em todo o território.

Esses documentos são caracterizados por modelos semelhantes às de receitas de bolo, contendo então o passo a passo reafirmando o seu processo de padronização dentro do ambiente escolar. Podemos observar como está à organização do site contendo as ferramentas e as condutas de como proceder, observado na figura 04 a seguir.

FIGURA 05: SITE OFICIAL DO MEC COM ORIENTAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC.



Fonte: MEC/BNCC (2021). **Disponível** em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>>. **Acesso** em jun.05 de 2020.

Assim teremos uma postura reguladora, ou seja, o Estado tem uma preocupação em efetivar e difundir a implementação da BNCC, criando assim mecanismos que facilitaram a compreensão da mesma. Ainda na página da internet, podemos observar a sugestão de práticas e uma biblioteca de apoio contendo os Parâmetros Curriculares nacionais (PCNs), tanto do ensino fundamental como também o do ensino médio, os currículos educacionais de cada estado.

Também consta a existência dos currículos de alguns países, como Austrália, Estados Unidos, Nova Zelândia e o Reino Unido, sendo esses países, referencias no processo de inserção de uma base nacional no ambiente educacional. Podemos observar na figura 06 a seguir.

FIGURA 06: BIBLIOTECA DE APOIO DA BNCC



Fonte: MEC/BNCC (2021). **Acesso** em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>>. **Acesso** 07 em jun. de 2020.

Então, esses são alguns parâmetros disponíveis e orientações para organização implementação da BNCC, e o espaço para que possibilite tirar as dúvidas por meio da consulta

desses documentos. Sendo assim o trajeto metodológico para a sua inserção no cenário contemporâneo, utilizando-se da difusão da informação propiciado pelo site, onde a rapidez e a fluidez ocorrem de forma instantânea, marca fortemente reconhecida no mundo globalizado.

2.3 As reverberações educacionais, políticas e econômicas da BNCC.

O significado de reverberação é aplicado às ondas sonoras produzidas por algum dispositivo musical, onde a propagação ocorre por meio das ondas que se estendem no espaço e tendem a se expandir para outros locais.

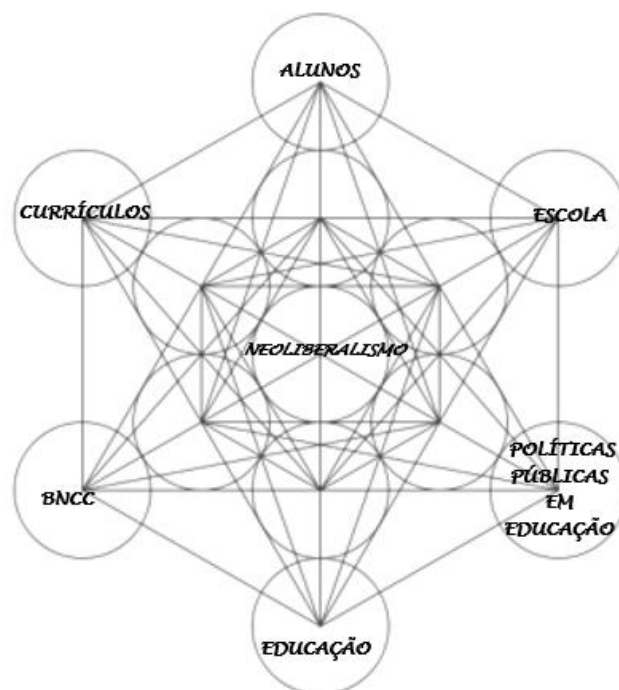
Simultaneamente associando a BNCC na etapa de escolarização do Ensino Fundamental anos Finais (EF), buscarei materializar as reverberações na qual o documento em questão estende-se para outros espaços, como é o caso da educação em si, mas também atingindo as questões políticas e econômicas.

Ao analisar a BNCC, em sua estrutura organizacional percebemos que ela é composta por 10 competências gerais, que não necessariamente precisa seguir a ordem de apresentação, ou seja, pode ser trabalhado em sala tanto da primeira como a última competência. Então, essas 10 competências gerais são expressas nas áreas do conhecimento, e cada área do conhecimento terá suas competências específicas. Por exemplo, está pesquisa tem como recorde dentro da Base o componente curricular dentro da área de Ciências Humanas que é Geografia nas séries do E.F.

Desta forma a área de Ciências Humanas, possui 07 competências para o E.F, logo dentro das Ciências Humanas, a Geografia terá 07 competências, sendo elas construídas por habilidades para serem desenvolvidas em sala contidas em unidades temáticas para cada ano (6º até o 9º).

Para identificar as prerrogativas de comunhão entre essa nova junção da BNCC, da escola, dos alunos, do currículo, da educação e das políticas públicas educacionais centralizadas em um eixo neoliberal, foi necessário criar uma geometria que pudesse visualizar essa união de forma mais clara e objetiva, assim nasce a Geometria Educacional Neoliberal. Materializar e visualizar tais relações e interligações entre esses elementos, é necessário para ocorrer essa espacialização como observamos na Figura 07, Geometria Educacional Neoliberal a seguir.

FIGURA 07: GEOMETRIA EDUCACIONAL NEOLIBERAL



Elaboração: SILVA NETO, M. J. (2021).

Notamos na Geometria Educacional na Figura 07, que o neoliberalismo se encontra no eixo central, se configurando assim como o coração que direciona para cada elemento interligado doses de sangue (práticas e ações nas características neoliberais) no contexto educacional.

O Neoliberalismo se encontra no eixo central da Figura 07, pela correlação com os demais elementos na contemporaneidade, assim a necessidade de alertar que cada vez mais há uma redução das particularidades da escola, do currículo, da educação dando espaço cada vez mais ao aprofundamento do neoliberalismo.

O direcionamento da BNCC quando se trata do futuro dos alunos e alunas, ela impõe competências básicas e habilidades para o desenvolvimento da aprendizagem. Onde essas competências, apenas geram ao professor uma problemática de pensar seu aluno não como sujeito crítico e reflexivo, no qual é o papel da Escola, mas começa a pensar como mera mercadoria ou até mesmo, mera mão de obra, após findar seu processo de formação, estará apto para trabalhar. Sendo essa uma das competências da base, à formação para o mundo do trabalho.

Levando em conta, que a BNCC afirma que os currículos escolares tem o dever de preparar os alunos para essa nova realidade, que marca a contemporaneidade. Sobre competência e habilidades, a BRASIL é definida como

competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e

valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (2018, p.08).

Sobre essas alterações que a base sugere, temos que colocar em xeque a quem irá favorecer esses procedimentos, ou seja, propiciar alterações de uma profundidade dorsal na elaboração de novos materiais didáticos acarretará nos benefícios do mercado editorial, para os que já realizarem as alterações perante os direcionamentos da BNCC.

A necessidade de viver e existir em um mundo competitivo, que quanto mais cedo estejam aptos e consigam executar as competências e utilizar as habilidades, que foram desenvolvidas durante o processo de formação no espaço escolar.

Então, tais deslocamentos nos levam a observar essas prerrogativas sobre a visão da geografia, enquanto disciplina escolar, enquanto elemento propiciador da observação, da criticidade sobre o espaço e sobre as relações que constroem do homem e com a natureza e vice-versa. Não será apenas utilizar a análise e reflexão que tal componente curricular direciona sobre os processos de exploração e reprodução das desigualdades sociais na qual problematiza.

Porém, pensar também o seu papel dentro de uma Base a nível nacional? Quais conteúdos de geografia são importantes para que os alunos e alunas consigam refletir e problematizar o espaço e consigam realizar uma leitura crítica e social? E que tipo de geografia é essa, que legitima e conduz perante seu saber a formação de indivíduos voltados ao mercado de trabalho, essa é a geografia que se pretende ser ensinada na etapa de escolarização do E.F.

3. A GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS NO ÍNTIMO DA BNCC: CONCEITOS, TEMÁTICAS E ABORDAGENS METODOLÓGICAS.

Problematizar a BNCC no cenário contemporâneo brasileiro é uma das peças importantes nesse jogo de quebra cabeças que é inserido a educação. Nessa perspectiva, é necessário acrescentar mais peças para poder se obter no final um vislumbre de toda a imagem que compõem essa pesquisa.

Dito isso, acrescento aqui a contribuição da Geografia escolar, se enquadrando com suas diversidades de saberes e noções que explicam e descrevem rigorosamente as facetas relacionadas a sociedade e a natureza, assim é a disciplina curricular da educação básica, que contempla as etapas de escolarização correspondente ao Ensino Fundamental anos iniciais, Ensino Fundamental anos finais e o Ensino Médio, balizada pelos direcionamentos dos saberes contidos no documento em questão.

Então, nesse capítulo será destinado a problematizar, investigar e descrever as questões que se relacionam com a composição estrutural, conceitual, metodológicas e temáticas que a BNCC direciona para a Geografia na etapa de escolarização do E.F direcionam para todos os currículos das escolas a nível nacional.

É através das deliberações construídas para os currículos das escolas que a BNCC entra em cena, buscando implementar suas ações. Entretanto ressalto que o currículo escolar é um símbolo político que constitui de forma imaterial a singularidade de cada escola que compõe o Brasil, e a própria base pontua em sua estrutura textual que ocorrerá a unificação dos conteúdos e procedimentos para cada etapa de escolarização, partindo assim para uma homogeneização curricular e conteudista. “ No caso do currículo, restringir demais o conceito simplesmente as instancias daquilo que acontece e se ensina nas salas de aula pode ter efeito de tecnizar o ato educativo” (Veiga-Neto, 2004, p.168).

A grande questão é como essa concepção curricular, irá influenciar nos conteúdos sugeridos, nas metodologias e no desenvolvimento crítico e social dos alunos e alunas perante um olhar geográfico. E como os procedimentos metodológicos irão influenciar na efetivação do desenvolvimento das competências e habilidades, tendo assim marcas de um capacitismo curto e direto da vida dos alunos.

Na BNCC, o componente curricular, Geografia, se enquadra na área de ciências humanas, juntamente com o componente curricular, História. Nos trechos do documento que descrevem a área de Ciências Humanas, ocorre um direcionamento que as ambas subáreas devem proporcionar o desenvolvimento da aprendizagem espaço-temporal. “A área de Ciências Humanas contribui para que os alunos desenvolvam a cognição in situ, ou seja, sem prescindir

da contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço, conceitos fundamentais da área”. (BRASIL, 2018, p. 353).

Assim os conceitos de Tempo e Espaço, são imprescindíveis para que haja o desenvolvimento do que posteriormente a BNCC descreverá como raciocínio Espaço-Temporal. Ou seja, o tempo e o espaço são elementos primordiais para o desenvolvimento e compreensão da realidade estrutural e social perante a geografia escolar. É a partir deles que os alunos conseguiram compreender o raciocínio Espaço-Temporal.

Nessa perspectiva, o tempo possibilita no espaço a dinâmica organizacional em materializar padrões estruturais e culturais que são marcadas por noções de características resultantes da ação do homem e/na natureza. Proporcionando assim no espaço as materializações como prédios, pontes, pavimentações e etc.

Abrindo um parêntese, falar de tempo e espaço é imprescindível que seja adicionado a problemática a noção de rugosidade, na qual as formas e funções de determinadas estruturas serão revistas em decorrência das suas funções e finalidades em épocas passadas como a sua atual função no presente, tendo sua permanência e resistência em determinados locais do espaço, assim segundo Santos (2001, p. 140)

Chamemos rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.

Assim o tempo e o espaço no contexto geográfico, voltado para a educação básica serão importantes no que se refere a realização de tais leituras e compreensões a partir das observações do espaço perante a atuação do tempo em decorrência dos registros existentes, desta forma os alunos e alunas conseguiram identificar as noções e ações relacionadas a sociedade, as modificações em decorrência dos anseios sociais e também refletir sobre a sua inserção nesse meio, como bem descreve a BNCC

A abordagem das relações espaciais e o conseqüente desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal no ensino de Ciências Humanas devem favorecer a compreensão, pelos alunos, dos tempos sociais e da natureza e de suas relações com os espaços. A exploração das noções de espaço e tempo deve se dar por meio de diferentes linguagens, de forma a permitir que os alunos se tornem produtores e leitores de mapas dos mais variados lugares vividos, concebidos e percebidos. BRASIL (2018, p. 353)

Assim a abordagem das relações espaciais é um dos principais conceitos que norteiam tais prerrogativas, entretanto como os alunos e alunas terão em uma noção espacial perante as prerrogativas da BNCC, onde a mesma destaca a importância da unificação de práticas e ações

no currículo escolar. Onde a relação com os espaços, vividos, concebidos e percebidos tem “espaço” dentro de tal documento?

Assim os discursos e ações nesse documento se torna ao meu ver, um espelho com dois tipos de reflexos: 1º que preconiza a importância e a necessidade de abordar e problematizar assuntos e temáticas geográficas na educação básica e que os alunos e alunas consigam desenvolver tais análises e interpretações; e o 2º reflexo é as práticas e condutas que negam e dificulta ao professor possibilitar tais reflexões.

Sobre a noção espaço-temporal na qual a BNCC descreve e ressalta a sua importância na compreensão do mundo. “Em suma, a área de Ciências Humanas deve propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais”. (BRASIL 2018, p. 356).

Na BNCC, ocorre à subdivisão da modalidade do ensino fundamental em: Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais, apresentando assim para a Área de Ciências Humanas 07 competências gerais. O componente curricular, Geografia, foi dividido em 05 unidades temáticas, que nortearão todas as etapas de ensino, desde anos iniciais até os anos finais do ensino fundamental. Podemos observar no quadro 03 logo abaixo, as unidades temáticas.

QUADRO 03: IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES TEMÁTICAS NA GEOGRAFIA E SEUS OBJETIVOS

Unidades temáticas	Objetivos
O sujeito e o Lugar no Mundo	Focalizam-se as noções de pertencimento e identidade. procura-se expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. Dessa forma, o estudo da Geografia constitui-se em uma busca do lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-o em uma categoria mais ampla de sujeito social: a de cidadão ativo, democrático e solidário. Enfim, cidadãos produtos de sociedades localizadas em determinado tempo e espaço, mas também produtores dessas mesmas sociedades, com sua cultura e suas normas.
Conexões e Escalas	Atenção está na articulação de diferentes espaços e escalas de análise, possibilitando que os alunos compreendam as relações existentes entre fatos nos níveis local e global. No decorrer desse processo, os alunos devem aprender a considerar as escalas de tempo e as periodizações históricas, importantes para a compreensão da produção do espaço geográfico em diferentes sociedades e épocas. Não apresentou descrição específica para o E.F.
Mundo do Trabalho	Nessa unidade temática ganha relevância: incorpora-se o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo, fator desencadeador de mudanças substanciais nas

	relações de trabalho, na geração de emprego e na distribuição de renda em diferentes escalas. A Revolução Industrial, a revolução técnico-científico-informacional e a urbanização devem ser associadas às alterações no mundo do trabalho. Nesse sentido, os alunos terão condição de compreender as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho em variados tempos, escalas e processos históricos, sociais e étnico-raciais.
Formas de Representação e Pensamento Espacial	Espera-se que os alunos consigam ler, comparar e elaborar diversos tipos de mapas temáticos, assim como as mais diferentes representações utilizadas como ferramentas da análise espacial. Essa, aliás, deve ser uma preocupação norteadora do trabalho com mapas em Geografia. Eles devem, sempre que possível, servir de suporte para o repertório que faz parte do raciocínio geográfico, fugindo do ensino do mapa pelo mapa, como fim em si mesmo.
Natureza, Ambientes e qualidade de vida	Busca-se a unidade da geografia, articulando geografia física e geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra. espera-se que os alunos compreendam os processos que resultaram na desigualdade social, assumindo a responsabilidade de transformação da atual realidade, fundamentando suas ações em princípios democráticos, solidários e de justiça. Dessa maneira, possibilita-se o entendimento do que é Geografia, com base nas práticas espaciais, que dizem respeito às ações espacialmente localizadas de cada indivíduo, considerado como agente social concreto.

Fonte: BRASIL, (2018) **Adaptação:** SILVA NETO, M. J. (2021).

Percebemos no quadro 03 que para cada unidade temática existirá um objetivo a ser alcançado ao longo das etapas de ensino. Assim o professor terá que se utilizar dos objetivos das unidades temáticas para nortear as suas elaborações tanto de materiais para a construção das aulas como também de certo modo, engessar suas metodologias de ensino aos tais objetivos descritos.

3.1 Uma “Geografia” ou “geografias” existentes na Base?

Nessa condução de condutas, no sentido no qual, a BNCC conduz para o desenvolvimento de uma formação precária, preconizada no engessamento de determinados saberes perante habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a trajetória de formação dos alunos, percebo que a BNCC se desloca no território brasileiro, podemos identificar nesse contexto um amparo para problematizar o espaço e o seu estudo. Dessa forma, a diversidade de análises geográficas contidas em tal documento, possibilita um deslocamento teórico e de certa forma conteudista, na qual observamos que é impregnado quase todo o documento. Assim me posiciono inicialmente, para tecer uma possível elucidação teórica, do que se trata e como se direciona a Geografia escolar na BNCC, na etapa de escolarização E.F.

Sobre as elucidações teóricas iniciais perante a Geografia escolar, podemos citar segundo tal documento, a importância de estudar Geografia na educação básica, reafirmando

assim, que “Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta”. (BRASIL, 2018, p. 359).

A importância de se compreender o mundo não apenas a sua episteme de surgimento e formação, (da litosfera, biosfera, hidrosfera e atmosfera,) mas também compreender que as ações do homem o direcionam como agente fundamental no processo transformação do seu meio, sendo esse fortemente discutido e problematizado pelos saberes relacionados a geografia escolar.

Para que ocorra a alteração do seu meio, em decorrência da ação do homem, é necessário que tais conceitos básicos do raciocínio geográfico, já estejam presentes nos sujeitos que estarão fazendo essas alterações e que constituem a sociedade. Logo, tais conceitos (analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização, ordem) são imprescindíveis e necessários serem problematizados no que tange a formação de novos sujeitos que adentraram na sociedade, assim o raciocínio geográfico foi inserido a partir da modernidade, onde já eram e são fortemente utilizados, descrito segundo a BRASIL (2018, p. 359) como

O raciocínio geográfico, uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplica determinados princípios para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas.

O raciocínio geográfico é fundamental para que se tenha uma leitura do mundo e da sua realidade exercitando assim ao pensamento espacial, e suas possíveis análises por parte dos princípios geográficos. Assim, tais percursos nos levaram a racionalização e esquematização da Geografia e do seu saber como temos atualmente, então o homem da antiguidade que utilizava do senso comum perante a observação do seu meio para sobreviver agora na contemporaneidade se utiliza da problematização proveniente da racionalização e esquematização da geografia para realizar análises e alterações no espaço.

Destaco aqui, que não estou rotulando ou meramente direcionando, uma breve redução da importância da leitura do espaço perante uma visão do senso comum. Mas destaco que tais procedimentos foram decisivos para pensar (na maioria das vezes) as possibilidades de alteração do espaço e em detrimento de beneficiar a sociedade e gerar a sobrevivência.

Assim graças a leitura do espaço e das relações entre o homem perante a Ciência Geográfica trazida para a Escola, pela Geografia Escolar e problematizada pelos professores, por meio de metodologias e procedimentos que possibilitem adentrar na óptica do olhar geográfico no espaço, assim os alunos e alunas conseguiram torna suas visões mais sensíveis

em relação ao espaço, a sociedade e as relações que são exercidas diariamente. “Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. (BNCC, 2019, p. 359).

Logo, as análises são em decorrências de uma geografia na qual foi presente no seu processo de formação na escola, sendo assim possibilitado pela construção do pensamento espacial. Podendo ser em decorrência de debates e problematização dentro da sala de aula, na escola, sendo possível por pelos direcionamentos do currículo da escola, e das práticas pedagógicas de cada professor de geografia possibilitando assim o raciocínio geográfico.

Assim, notamos que BNCC possui um desdobramento no sentido que materializa e descreve cada elemento importante no que se diz respeito ao raciocínio geográfico, assim ela cita em seu texto a importância, entretanto não problematiza e não gera enfoque para que haja um aprofundamento sobre tais questões, apenas diz que é necessário para que os alunos e alunas consigam desenvolver as competências gerais posta pela base. Podemos observar a seguir no quadro 04 a descrição dos princípios do raciocínio geográfico.

QUADRO 04: DESCRIÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO CONTIDOS NA BNCC.

Analogia	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.
Conexão	Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.
Diferenciação	É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
Distribuição	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
Extensão	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.
Localização	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
Ordem	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Fonte: BRASIL, (2018) **Adaptação:** SILVA NETO, M. J. (2021).

Utilizando-se do princípio da Distribuição, podemos citar como exemplo em sala de aula, o porquê de determinadas populações migrarem de um determinado local para o outro, temos também a utilização do princípio da Localização, onde se concentram nos trópicos ao

invés dos círculos polares, ou também porque as antigas cidades surgiam às margens de rios, isso tudo citado como exemplo, ocorre graças ao raciocínio geográfico.

Então, os princípios do raciocínio geográfico, é uma forte ferramenta para análise e compreensão do espaço, também para tais análises geográficas, podemos utilizar de formar mais categoria e específica, no que se trata aos conceitos geográficos, na qual a BNCC direciona e problematiza como importantes a serem utilizados perante a geografia escolar. (BRASIL, 2018, p. 360)

Nessa direção, a BNCC está organizada com base nos principais conceitos da Geografia contemporânea, diferenciados por níveis de complexidade. Embora o espaço seja o conceito mais amplo e complexo da Geografia, é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressem aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem.

Quando pesquisamos nos dicionários o significado de conceito, obtemos o seguinte resultado, tem origem a partir do latim “*conceptus*” (do verbo *concipere*) que significa "coisa concebida" ou "formada na mente". Problematizamos então, que tais conceitos dentro do universo geográfico, se tornam possível extrair um infinidade de análises sobre o espaço, possibilitando assim a compreensão perante a sua fragmentação e unificação. Observamos então na Figura 08 a seguir, os Conceitos Geográficos na BNCC.

FIGURA 08: CONCEITOS GEOGRÁFICOS CONTIDOS NA BNCC



Fonte: BRASIL, (2018) **Elaboração:** SILVA NETO, M. J. (2021).

Dessa maneira, os conceitos geográficos elencados na figura 09, possibilitam ao professor de Geografia na educação básica, descrever e problematizar os acontecimentos que ocorreram, ocorrem e ocorrerão na sociedade. Possibilitando ao mesmo, quantificar tais fenômenos sociais, naturais, e assim denomina-los de acordo com as suas múltiplas compreensões, definições e utilizações no espaço.

3.2 Competências e Habilidades nos Conceitos e Temáticas Geográficas

Nesse subtópico é importante destacar as características das competências e habilidades contidas nos conceitos e temáticas geográficas, para isso trago as definições de competências e habilidades. Sobre as competências destaco a duplicidade de utilizações que a sua definição pode ser inserida e que auxilia na problematização desta pesquisa, sendo essas importantes peças que tange a formulação dos currículos escolares em plena modernidade e em consonância com as deliberações do neoliberalismo e da precarização da educação básica brasileira.

A definição de Competência é utilizada na sociedade como um adjetivo na qual qualifica o sujeito em que consegue ser competente em desenvolver ou lidar com algo ou algum problema, assim o mais competente irá se sobressair em comparação ao outro. Assim é posta na BNCC que os alunos e alunas irão aprender por meio do desenvolvimento de competência e habilidades relacionadas ao mundo educacional e as áreas de conhecimento que compõem o currículo escolar, sobre a primeira definição de competência, segundo Fleury, M.; Fleury, A. (2001, p.184)

Competência é uma palavra do senso comum, utilizada para designar uma pessoa qualificada para realizar alguma coisa. O seu oposto, ou o seu antônimo, não implica apenas a negação desta capacidade, mas guarda um sentimento pejorativo, depreciativo. Chega mesmo a sinalizar que a pessoa se encontra ou se encontrará brevemente marginalizada dos circuitos de trabalho e de reconhecimento social.

A primeira definição de competência remete fortemente ao mercado de trabalho, e a competitividade. Reafirmando que seu caráter excludente, onde o sujeito competente é aquele qualificado. Conotando assim a compreensão que o menos competente, gerará a sua exclusão, ou então se permita utilizar do seu corpo como um elemento plástico, e que essa plasticidade acabe se encaixando perfeitamente na forma denominada de competência.

Outra compreensão sobre a definição de competência é possível de identificar na BNCC, nela não apenas constará na área de Ciências Humanas, mas é possível especializar em todas as áreas de conhecimento e também para Educação Básica, tanto nas etapas do ensino Fundamental (iniciais e finais) como também do ensino Médio, sobre a definição de competência

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p.08).

Já o segundo conceito de competência contido na BNCC, posiciona-se como a mobilização de conhecimentos, e que eles são necessários para conseguir resolver problemas da vida cotidiana e até possibilita conseguir algum emprego. Percebemos que os dois

significados estão em plena sintonia, pois ambos direcionam que um sujeito é competente se conseguiu resolver alguns problemas, e que por ser competente conseguirá adentrar no mundo do trabalho. O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35). BRASIL (2019, p.13)

Porém a segunda definição, foi retirada da BNCC, sendo esse um documento direcionado a Educação brasileira, nele como já foi descrito podemos identificar inúmeras vezes direcionamentos formativos perante o desenvolvimento de diversas competências que não apenas estão inseridas na Geografia, porém, destaco aqui apenas o quantitativo de competências que sobre a educação básica, sobre Ciências Humanas destinadas ao ensino Fundamental e para a Geografia do ensino fundamental, podemos especializar esses dados na tabela 01 – A Base (BNCC) das Competências: da educação básica até a Geografia do E.F, a seguir.

TABELA 01 – A BASE (BNCC) DAS COMPETÊNCIAS: DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A GEOGRAFIA DO E.F.

ESPACIALIZAÇÃO	QUANTITATIVO	CONDUÇÃO
Educação Básica	10 competências	Geral
Ciências Humanas para o Ensino Fundamental	7 competências	Específicas
Geografia para o Ensino Fundamental (iniciais e finais).	7 competências	Específicas

Fonte: BRASIL, (2018) **Adaptação:** SILVA NETO, M. J. (2021).

É importante visualizar a materialização do quantitativo de competências na BNCC, ainda mais no qual essa pesquisa se delimita, nas análises do E.F e perante a Geografia. Percebemos que nesses três subespaços que contem na BNCC, identificamos o quantitativo de 24 competências na soma total.

São espacializadas as competências em decorrência da evolução das etapas de escolarização, outro ponto é que essa tabela 01 só diz respeito a parte específica para a Ciências Humanas e para a Geografia (inicias e finais), porém existe no documento em questão outras competências que são destinadas as demais áreas dos saberes como: matemática, ciência e etc.

O número de competências é preocupante, porque é notório a visualização excessiva de propiciar uma formação pautada em competências, onde crianças e adolescentes são

impulsionados e conduzidos a serem competentes no que a BNCC descreve como importante.

Assim,

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2018, p. 13).

Para os alunos e alunas, será necessário cada vez mais utilizar do seu corpo como matéria plástica, apta para se adequar as molduras impostas pelas inúmeras competências contidas na BNCC, onde desencadeia em seu processo de efetivação em tornar esses indivíduos sujeitos capacitados, capazes de solucionar problemas e aptos a adentrarem ao mundo do trabalho.

As análises e interpretações das definições de competência, me direcionam a problematizar outra conduta ou percurso que a BNCC dispõe em seu texto. Trata-se, portanto, dos procedimentos que possibilitará ao professor (Geografia) efetivar o desenvolvimento das competências (específicas) para cada componente curricular. Essa efetivação ocorrerá perante ao conjunto de habilidades que são destinadas para as competências. Sobre habilidades e sua finalidade, a base dispõe que

Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas. Brasil (2018, p.28)

Então, cada habilidade será destinada aos conteúdos, sendo esses denominados agora como objetos de conhecimento na base, contidos nas unidades temáticas. Para ser bem mais objetivo e claro, a Geografia escolar na qual essa pesquisa vem analisando perante as orientações e deliberações contidas na BNCC, é importante ressaltar que os conteúdos geográficos contidos nas unidades temáticas serão destinados a efetivarem as competências perante as habilidades impostas a serem desenvolvidas nesse componente curricular. O saber geográfico, agora contidos nas unidades temáticas, irão legitimar uma formação perante o desenvolvimento de habilidades para que se atinja as competências gerais e específicas. Sobre as unidades temáticas a Brasil (2018, p.29) define como

Respeitando as muitas possibilidades de organização do conhecimento escolar, as unidades temáticas definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática contempla uma gama maior ou menor de objetos

de conhecimento, assim como cada objeto de conhecimento se relaciona a um número variável de habilidades, [...].

As orientações sobre a organização do conhecimento escolar na BNCC relacionadas as competências e as habilidades sobre a Geografia, terão a sua materialização perante as orientações das unidades temáticas para cada etapa de escolarização. Sobre as etapas de escolarização, o ensino Fundamental contempla desde do 1º até o 9º ano, porém essa pesquisa se restringe em analisar as etapas 6º ao 9º ano, que compreende o E.F.

Sobre a espacialização da Geografia escolar no E.F. acerca do seu direcionamento referente as unidades temáticas, objetos de conhecimento e as habilidades perante cada etapa de escolarização é importante materializar essa organização. Observamos na tabela 02, a seguir, a Espacialização Estrutural da Geografia escolar no E.F perante a BNCC.

TABELA 02: ESPACIALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NO E.F PERANTE A BNCC.

Etapa de Escolarização	Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	Quantidade de Habilidades
6º ano ⇒	05 ⇒	06 ⇒	13
7º ano ⇒	05 ⇒	07 ⇒	12
8º ano ⇒	05 ⇒	08 ⇒	24
9º ano ⇒	05 ⇒	10 ⇒	18

Fonte: BRASIL (2018) **Adaptação:** SILVA NETO, M. J. (2021).

A tabela 02 apresenta uma breve estruturação do componente curricular Geografia, assim o a distribuição quantitativa das unidades temáticas serão as mesmas para cada etapa de escolarização, totalizando em 5 unidades.

Em seguida, teremos os objetos de conhecimento, notamos que ao longo das etapas de escolarização cada vez mais ocorre o aumento de tais objetos, e também na variação das habilidades, onde cada vez mais ocorre um aumento significativo resultando na ampliação e aprofundamento do conhecimento geográfico, perante o avanço de cada etapa de escolarização. A exemplo, teremos o 8º ano, contendo 8 (oito) objetos de conhecimento realocados para as 5 (cinco) unidades temáticas.

Sobre as habilidades, a tabela 02 nos apresenta o quantitativo para cada etapa de escolarização. Vale enfatizar que os objetos de conhecimento serão imprescindíveis para que haja o desenvolvimento das habilidades, ocasionando assim a efetivação das competências. Então, a quantidade de habilidades que serão necessárias para que os alunos e alunas

desenvolvam até alcançar as competências gerais e específicas (tanto da área de ciências humanas como para a Geografia), se materializa pelo quantitativo bastante expressivo, como podemos observar.

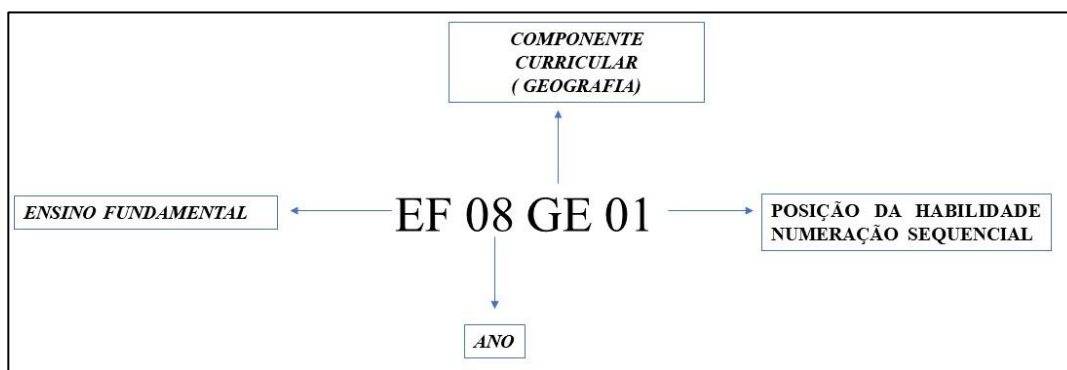
De todas as informações contidas na tabela 02, a que mais se destaca é o grande número de habilidades destinadas ao 8º e 9º ano, totalizando 24 (vinte e quatro) para o oitavo, 18 (dezoito) habilidades para o nono, a serem incorporadas pelos alunos e alunas nessas etapas de escolarização, outro ponto é essa variação de habilidades, onde ocorre a variação entre os anos, tendo alguns com mais e outro com menos habilidades.

Também o número de habilidades nas outras etapas (6º e 7º) nos alerta para a complexidade de tais orientações, tendo em vista que grande maioria desses alunos que concluem uma etapa e vão para outra já irão encontrar um quantitativo maior de habilidades a serem desenvolvidas, ou seja, o quantitativo elevado poderá acarretar em uma maior dificuldade para o professor em conseguir efetivar o desenvolvimento das habilidades e logo comprometerá a efetivação das competências.

O questionamento é como o professor conseguirá com um tempo curto de aulas durante a semana (na maioria das vezes a Geografia é posta nos horários apenas em uma aula em um dia e depois disso em outro dia da semana com uma única aula também) conseguir desenvolver tudo isso e ainda mais trazer conhecimentos relacionados a realidade e especificidades dos alunos e alunas?

A BNCC apresenta uma estrutura para facilitar a identificação das habilidades. Nos quadros que apresentam as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades definidas para cada ano (ou bloco de anos), cada habilidade é identificada por um código alfanumérico [...] BRASIL (2018, p.30). Para facilitar essa compreensão podemos observar na Figura 09, a representação da utilização do código alfanumérico e os seus significados a seguir.

FIGURA 09: CÓDIGO ALFANUMÉRICO HABILIDADES DO 8 ANO DO COMPONENTE CURRICULAR GEOGRAFIA.



Fonte: BRASIL (2018) **Adaptação:** SILVA NETO, M. J. (2021).

Então as habilidades são estruturadas em formato de código como observado na Figura 09, representando assim o código de uma habilidade referente a etapa de escolarização do 8º ano do E.F. do componente curricular Geografia.

Assim a sigla EF na figura, representa a etapa de escolarização, os dois números que aparecem após a etapa de escolarização representam o ano em que se encontra habilidade, as letras, após o ano é referente ao componente curricular e o número no final representa a numeração que se encontra a habilidade, variando de acordo com o quantitativo de habilidades existentes em cada etapa de escolarização.

Tal organização das habilidades por meio do código alfanumérico ocorrerá em todos os componentes curriculares, o que se difere é a etapa de escolarização, os anos, a sigla da área de conhecimento e a ordem das habilidades contidas nos quadros na BNCC.

Para visualizar tais direcionamentos organizacionais, perante o que já materializamos e elencamos até o momento sobre as unidades temáticas, os objetos de conhecimento, as habilidades, seu código alfanumérico e a sua distribuição no E.F, trago o quadro 05 a seguir, contendo a organização curricular da Geografia para o 8º ano.

QUADRO 05: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA GEOGRAFIA NO 8º ANO.

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO ALFANUMÉRICO DAS HABILIDADES
O sujeito e seu lugar no mundo.	Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais.	(EF08GE01)
	Diversidade e dinâmica da população mundial e local	(EF08GE02), (EF08GE03) (EF08GE04)
Conexões e escalas.	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial.	(EF08GE05), (EF08GE06) (EF08GE07), (EF08GE08) (EF08GE09), (EF08GE10) (EF08GE11), (EF08GE12)
Mundo do trabalho.	Os diferentes contextos e os meios técnico e tecnológico na produção.	(EF08GE13), (EF08GE14)
	Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina.	(EF08GE15), (EF08GE16) (EF08GE17)
Formas de representação e pensamento espacial.	Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África.	(EF08GE18), (EF08GE19)
Natureza, ambientes e qualidade de vida.	Identidades e interculturalidades regionais: Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África.	(EF08GE20), (EF08GE21)

	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina.	(EF08GE22), (EF08GE23) (EF08GE24)
--	--	--------------------------------------

FONTE: BRASIL (2018) **Adaptação:** SILVA NETO, M. J. (2021).

O quadro 05 apresenta a junção e organização desses elementos já mencionados. Notamos que as unidades temáticas possibilitam a noção de forma geral sobre a temática a ser problematizada nos objetos de conhecimento, sendo esse um elemento focal, no sentido que estabelece uma orientação ou uma subdivisão na temática central contida nas unidades temáticas. Em outras palavras, as unidades temáticas se configuram como problematizador geral e os objetos de como ramificações a serem desenvolvidas perante as noções e deliberamentos das habilidades para cada unidade temática como é explícito no quadro 05.

Outro elemento importante que compõe essa estruturação curricular no 8º ano são as habilidades, que são apresentadas no quadro 05 apenas seus códigos alfanuméricos, tendo em vista que o quantitativo total nessa etapa de escolarização é de 24 habilidades, assim de forma mais clara e objetiva, foram inseridos os códigos para que possibilitassem a visualização, ocorrendo de forma demasiada.

Essa enorme quantidade de habilidades acarretara assim ao professor na reformulação dos seus métodos de ensino, no qual terá que buscar novas metodologias que possibilitem aos alunos e alunas desenvolverem essas 24 habilidades, para que consiga assim no final do 8º, estarem aptos no direcionamento das competências gerais e específicas.

Entretanto uma nova reformulação nas metodologias de ensino compreendo enquanto futuro professor e ex-bolsista do Programa Residência Pedagógica, acredito que inovações e reformulações de metodologias de ensino contribuam no distanciamento das metodologias que se utilizam apenas do quadro, piloto e do conteudismo exagerado.

3.3 Os Percursos Metodológicos contidos na BNCC para o Ensino de Geografia

Ao se tratar de metodologias de ensino seja elas contidos na Base ou em qualquer outro documento, que direcione para os professores formas e procedimentos que possibilitem a realização e execução da didatização em sala de aula, necessito destacar a importância que é destinada a esse trajeto, que tem como objetivo alcançar a materialização do ensino e aprendizagem em sala de aula.

É a união entre os elementos conteúdos (assuntos) e a forma como ele será “preparado”, ou seja, o passo a passo com as diversas metodologias e métodos de ensino para concretizar tais objetivos, tendo assim no momento quando nós professores, estamos elaborando os planos de

aula, temos a tarefa de desenvolver a compilação entre os conteúdos a serem construídos e somados perante os saberes dos alunos em sala com as possíveis metodologias de ensino, que se adequem a realidade e especificidade dos nossos alunos e alunas.

Assim, busco nesse tópico analisar os possíveis direcionamentos metodológicos contidos na BNCC para o ensino de Geografia nos anos finais, a serem desenvolvidas os professores, deixando-os assim acorrentados sobre as mesmas em desenvolver e executar as competências e habilidades.

Entretanto, tais direcionamentos em meio a uma “tormenta” neoliberal perante o Estado e a educação brasileira, onde realocar e descrever o que deve ser ensinado (quais conteúdos) e como ser, é algo extremamente preocupante e que em muitas vezes desestabiliza a independência do professor em sala. Segundo Giroto (2017, p 421),

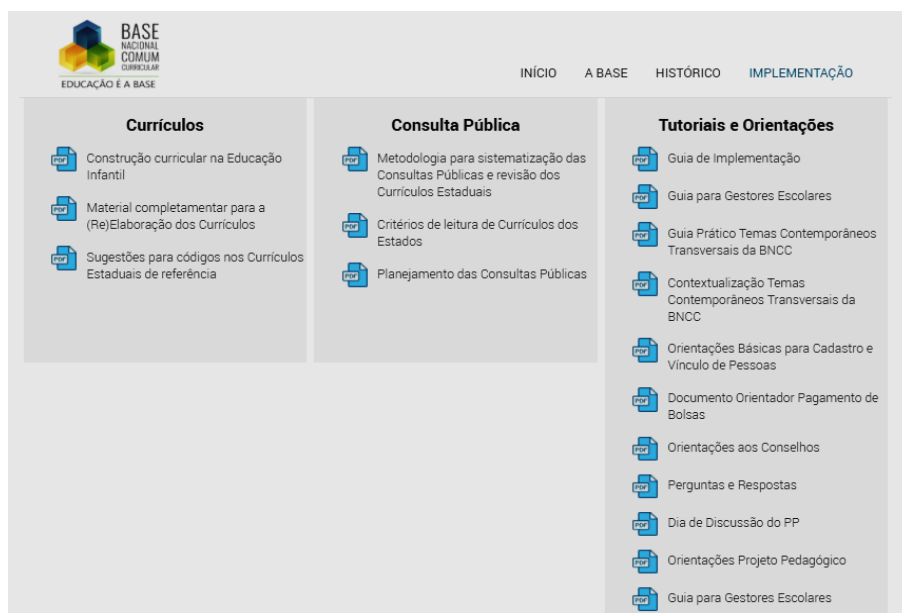
Há uma tradição de senso comum no Brasil que confunde currículo com documento formal, muitas vezes caracterizado por uma lista de conteúdos e procedimentos a serem seguidos e executados em um determinado intervalo de tempo. Nas últimas décadas, esta tradição que remonta ao ensino enciclopedista na transição do século XIX ao XX tem sido reforçada por políticas curriculares de cunho neoliberal que definem, rigidamente, os conteúdos que devem ser trabalhados por alunos e professores, sem que haja espaço para criação e participação efetiva. O exemplo mais claro deste processo é o Currículo do Estado de São Paulo que, além de definir conteúdos e habilidades por bimestre, aponta os procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos pelo professor para alcançar o fim proposto.

Tais orientações para os professores de como proceder metodologicamente fere a sua autonomia, assim ficarão à mercê do que contém no documento em concretizar as suas etapas pautas nas competências e habilidades, gerando assim a reformulação dos planos de aula, visando a adequação perante tais orientações. Outro ponto, é a forma como as especificidades dos alunos serão reduzidas a mera padronização. Assim as singularidades serão transformadas em generalidades e postas aos conteúdos a serem executados seguindo tais padrões.

Ao analisar o site do MEC em relação as diretrizes e encaminhamentos sobre a BNCC, aparece um tópico destinado a implementação. Ao adentrar esse espaço digital, percebemos que contém uma diversidade de documentos que possibilitam o “encapuzamento” da criticidade e da problematização sobre como proceder perante a sua implementação (como já foi debatido no capítulo anterior).

Assim podemos observar na Figura 10, a diversidade de documentos conditos que direcionam os sujeitos a adentrarem e realocarem seus corpos a partir das discussões e amparados pelos conceitos que foram pilares para tais problematizações, denominamos neste estudo de “infiltrações digitais conteudistas” que nada mais é, que a absorção pela leitura e pelo visual do que se busca perante a BNCC.

FIGURA 10: INFILTRAÇÕES DIGITAIS CONTEUDISTAS MODELOS.



Fonte: MEC/BNCC (2021). **Disponível em:** <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>>. **Acesso** 10 em jul. de 2021.

Então observamos na Figura 10 a existência de tutoriais e guias de orientações destinadas a gestão escolar, as secretarias de educação dos estados e municípios. Entretanto é importante destacar que tais objetos “orientadores” possibilitam conduzir e gerar uma padronização das atividades escolares, uma precarização e sobrecarga do trabalho docente.

Na medida em que esse site é acessado em todo território nacional, ocorre a padronização e a perda da sua identidade como já havíamos alertado inicialmente, dito isso, me surge uma inquietação que me faz refletir sobre o real motivo pelo qual o MEC insiste em orientar como uma receita a ser seguida.

Acredito que seja pela suposta justificativa de preparar os alunos e alunas para o mundo do trabalho, nos moldes neoliberais, onde a distância territorial não mais será problema, pois a padronização educacional será rapidamente abolida graças ao meio técnico científico informacional perante o avanço da tecnologia e da internet. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. [...] O meio técnico científico informacional é a cara geográfica da globalização. Santos (2001, p.239).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: nem sempre o fim é o fim mesmo, as vezes é só o começo

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (BRASIL, 2019, p.5)

Nem sempre o que é dito é tido como verdade ou mentira, as vezes os ditos como verdade acabando seguindo uma denotação que foge do seu caráter epistemológico, assim foi com as propostas “ditas” como “políticas públicas” destinadas a melhoria da educação brasileira, nessa via, acredito que as ditas dobras e orientações postas na BNCC não fortalecem a educação do país, muito pelo contrário acarretará ainda mais na precarização da escola, do fazer docente e enfraquece ainda mais as políticas públicas destinadas a educação.

Nesse horizonte analítico que escolhi para traçar tais argumentações e pressuposto em problematizar as orientações e deliberações (im)postas pela Base Nacional Comum Curricular, foi imprescindível a utilização dos conceitos de Michel Foucault para poder visualizar tais condutas ocultas nos discursos da BNCC e os conceitos Currículo por Veiga-Neto para compreender profundamente a noção de Currículo e sua importância para a escola.

Assim, acredito que a elaboração curricular é algo importante, pois é algo que está destinado a currículo sendo esse a alma da escola, onde a concepção e as orientações para elaboração do currículo extremamente importante. Onde esse documento é composto por uma soma de anseios sociais, econômicos que tende a serem inseridos na escola, sendo ela a reprodução social da atualidade.

Tenho plena convicção que o currículo escolar não é um mero subespaço onde contendo os mais diversos conteúdos e objetivos para a escola, porém acredito no currículo político onde prioriza e valoriza as especificidades locais e da comunidade na qual a escola está inserida. Acredito que uma unificação curricular acarretará em uma transformação maciça de indivíduos meramente reprodutores em dizer “sim” sem questionar o porquê desse “sim”.

A Geografia é uma das principais facetas de interpretação social, é através dela que os professores conseguem deslocar e transitar pela vastidão do conhecimento que a mesma possui. Assim é possível compreender os aspectos mais humanos e sociais postas no globo terrestre.

Dito isso, evidencio a minha preocupação enquanto professor pesquisador que investiga a BNCC, nas análises e reflexões constatei na rede de aparatos e documentos que sustentam a BNCC, apenas possibilita ao professor uma mera reprodução de uma geografia conteudista, tendo como metodologia de desenvolvimento dos tais “saberes geográficos” as orientações postas pelas competências visando atingir o desenvolvimento das habilidades.

Ou seja, o raciocínio geográfico na qual a BNCC cita se perde no momento em que paro de pensar em formas e procedimentos metodológicos e começo a tentar “executar” as competências tendo como meta a concretização das habilidades.

Me preocupa essa inclinação sem freio ao mercado de trabalho, as crianças começam desde cedo a pensar em trabalhar e acabam sendo aprisionadas por esses anseios em ter que ser competente e hábil para conseguir tal feito. Assim, a BNCC induz os professores apenas sigam suas práticas e conduzam as aulas para tal finalidade, a entrada no mercado de trabalho. Outro grande pedaço desse quebra-cabeça que podemos conotar que é a BNCC, é a sua junção com os empresários tanto do ramo educacional como também os dos grandes conglomerados midiáticos e outras fundações.

A BNCC implicará diretamente nos corpos dos alunos, gerando assim alterações profundas nas estruturas sociais e educacionais, emergindo o conceito de biopoder posta por Foucault (1974, 1979, 1996, 1999), criando nos corpos dos alunos a docilidade adequada para se inserir no mundo do trabalho. Outros dados que surgem durante o processo investigativo foi a forma como contém no site do próprio MEC, nele é composto por uma diversidade de documentos “orientadores” de como proceder para o desenvolvimento pleno da BNCC nos currículos das escolas do Brasil. Assim, há evidentes provas que a BNCC tem pressa para ser colocada já foi implementada.

Tais condutas de implementação a partir das análises trazem uma preocupação com conduzir praticamente tudo: como usar os conteúdos das diversas áreas de conhecimento, como elaborar os currículos, como proceder metodologicamente para atingir as competências e as habilidades, como também como orientar nas formações pedagógicas da equipe gestora das escolas e as avaliações escolares externas como o (Pisa).

Portanto acredito que tais orientações sobrepostas aqui, diz mais respeito sobre uma forma de olhar a BNCC e sobre suas possibilidades condutivas de deslocar saberes e metodologias para a efetivação da geografia do E.F. Acredito que observar tais conceitos e definições é uma peça importante no grande quebra-cabeças que compõem a geografia escolar.

Ressalto que a mera utilização de conceitos da Geografia acadêmica assim por dizer, creio que não haja uma melhora no desenvolvimento da educação e da educação geográfica, que vá contribuir para o desenvolvimento de uma visão sensível sobre os objetos geográficos deslocados e realocados no espaço geográfico. Não acredito na possibilidade de uma leitura crítica, perante as (des)orientações que a BNCC sugere para essa etapa de escolarização do E.F.

Para uma redemocratização da prática docente, do currículo escolar e dos corpos dos alunos o total afano das garras que a BNCC impôs sobre esses sujeitos e objetos. Que

posteriormente consigamos lutar não por uma Base, mas por valorização e respeito pelas diversas formas de saber materializadas em todo o território existente no Brasil, que possamos pensar nos nossos jovens como sujeitos ativos e que possuem uma subjetividade que merecem respeito e que precisam de qualidade tanto na educação como na vida, só assim conseguiremos modificar tais estáticas e tais realidades que marcam a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fernando Roberto Jayme. **A Dimensão Espacial do Poder: diálogos entre Foucault e a Geografia**. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/viewFile/6725/5793>> Acesso em: 20 fev. de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 20 de jan. de 2020
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 20 fev. de 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2010.
- EDITAL CAPES nº 06/2018 PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA**
Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: <http://cfp.ufcg.edu.br/portal/images/conteudo/PROGRAMA_RESIDENCIA_PEDAGOGICA/DOCUMENTOS_E_PUBLICACOES/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf> Acesso em: 05 de mar. de 2021.
- FUINÍ, Lucas Labigalini. **Território e Poder em Michel Foucault: propondo um dialogo com a Geografia**. p. 63-84, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/19128>>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. **Construindo o Conceito de Competência Construindo o Conceito de Competência**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/C5TyphygpYbyWmdqKJCTMkN/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20 de dez. de 2020.
- GIROTTTO, Eduarda Donizeti. **Dos PCNS a BNCC: O Ensino de Geografia sob o Domínio Neoliberal**. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/23781>> Acesso em: 20 de jan. de 2021.
- LEMOS, Flávia Cristina Silveira. **História do Espaço e Governamentalidade em Michel Foucault**. Disponível: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n36/n36a08.pdf>> Acesso em: 22 de jan. 2021.
- OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. **O livro didático de Geografia como estratégia de governo**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

OLIVEIRA, Adão Francisco; Pizzio, Alex França, George (org.) **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora da PUC Goiás, 2010, p. 93-99

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=41181>> Acesso em: 21 de jun. de 2021.

PESSOA, Rodrigo Bezerra. **Professores de geografia em início de carreira: olhares sobre a formação acadêmica e o exercício profissional**. Tese (doutorado) - João Pessoa-PB, 2017. 369 f.

ROCHA, M.I.C. **Estado e Governo: Diferença Conceitual e Implicações Práticas na Pós-Modernidade**. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/268244173.pdf>> Acesso em: 22 de mar. de 2021.

SAMPAIO, Carlos Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro dos; MESQUISA, Peri. **Do Conceito de Educação à Educação no Neoliberalismo**. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118078012.pdf>>. Acessado em: 05 de Mar. de 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**/ Milton Santos. – 6ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. Ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 136 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**/ Milton Santos. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. – São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**/ Milton Santos, Maria Laura Silveira. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª edição, 236p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176p.

SOUZA, Celine **POLÍTICAS PÚBLICAS: questões temáticas e de pesquisa**. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743/12116>> Acesso em: 14 de dez. de 2020.

_____. **Segurança, Território e População**. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle**. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1 de fevereiro de 2008. Disponível em <<http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/126/209>> Acesso em: 15 de mai. de 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Cultura e Currículo**. Curso "Teoria e Prática da Avaliação na Escola Agrotécnica Federal do Sertão, RS, em convenio com a Faculdade de Educação da UFRGS. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/133/113>> Acesso em: 15 de mai. de 2021.

_____. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Traduzido por Raquel Ramalheete. 2. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.